# CADERNO DE EXPERIÊNCIAS SOBRE ATENDIMENTO CULTURALMENTE SENSÍVEL PARA **INDÍGENAS WARAO** EM MOBILIDADE NO BRASIL

MIGRANTE · CERAM/RN · CERMIR · RECIFE · NATAL PREFEITURA · CAMPINA GRANDE CIDADE QUE TRANSFORMA

Secretaria de Desenvolvimento Social, Criança, Juventude e Prevenção à Violência e às Drogas · GOVERNO DE PERNAMBUCO ESTADO DE MUDANÇA · RIO GRANDE DO NORTE GOVERNO DO ESTADO · GOVERNO DA PARAÍBA · CONGEMAS COLEGIADO NACIONAL DE GESTORES MUNICIPAIS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL · COEGEMAS-PE Colegiado Estadual de Gestores Municipais de Assistência Social

OIM ONU MIGRAÇÃO

**Realização:**

Comitê Estadual Intersetorial de Atenção aos Refugiados, Apátridas e Migrantes (CERAM)

Secretaria Municipal do Trabalho e Assistência Social da Prefeitura do Natal/RN

Secretaria de Estado do Trabalho, da Habitação e da Assistência Social (SETHAS) do Governo do Estado do Rio Grande do Norte

Secretaria de Desenvolvimento Social, Direitos Humanos, Juventude e Políticas sobre Drogas (SDSDHJPD) da Prefeitura do Recife

Secretaria de Desenvolvimento Social, Criança, Juventude, Prevenção à Violência e às Drogas (SDSCJPVD) do Governo do Estado de Pernambuco

Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS) da Prefeitura de Campina Grande

Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano (SEDH) do Governo da Paraíba

**Apoio:**

Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social (CONGEMAS)

Colegiado Estadual de Gestores Municipais de Assistência Social de Pernambuco (COEGEMAS/PE)

Organização Internacional para as Migrações (OIM)

# CADERNO DE EXPERIÊNCIAS SOBRE ATENDIMENTO CULTURALMENTE SENSÍVEL PARA **INDÍGENAS WARAO** EM MOBILIDADE NO BRASIL

Brasil, dezembro de 2023

As opiniões expressas nesta publicação são dos autores e não refletem necessariamente a opinião da Organização Internacional para as Migrações (OIM). As denominações utilizadas no presente material e a maneira como são apresentados os dados não implicam, por parte da OIM, qualquer opinião sobre a condição jurídica dos países, territórios, cidades ou áreas, ou mesmo de suas autoridades, tampouco sobre a delimitação de suas fronteiras ou limites.

A OIM está comprometida com o princípio de que a migração ordenada e humana beneficia os migrantes e a sociedade. Por seu caráter de organização intergovernamental, a OIM atua com seus parceiros governamentais, intergovernamentais e não governamentais para: ajudar a enfrentar os crescentes desafios da gestão da migração; fomentar a compreensão das questões migratórias; promover o desenvolvimento social e econômico por meio da migração; e garantir o respeito pela dignidade humana e bem-estar dos migrantes.

Esta publicação foi possível graças ao apoio financeiro do Escritório de População, Refugiados e Migração (PRM) do Departamento de Estado dos Estados Unidos da América. As opiniões expressas aqui são dos autores e não refletem necessariamente a opinião da OIM e dos parceiros.

Publicado por:
Organização Internacional para as Migrações
SAUS Quadra 5 – Bloco N – Ed. OAB – 4º andar – Asa Sul
CEP: 70070-913 – Brasília-DF – Brasil
E-mail: iombrazil@iom.int
Website: *brazil.iom.int*

Expediente técnico da publicação
Projeto gráfico e diagramação: Hugo Pereira
Elaboração de conteúdo: Leany Moraleda, Jennifer Alvarez.
Revisão de conteúdo: Socorro Tabosa, Edjane Santana.
Ilustrações: Vivian Campelo (Lomblinha)

Esta publicação não foi editada oficialmente pela OIM.
Este relatório foi publicado sem aprovação da Unidade de Publicações da OIM (PUB) em relação à adesão aos padrões de estilo e marca da OIM.
Este relatório foi publicado sem endosso da Unidade de Pesquisa da OIM (RES).

© OIM 2023
Esta publicação não deve ser usada, publicada ou redistribuída para fins principalmente destinados ou direcionados para vantagem comercial ou compensação monetária, com exceção de fins educacionais, por exemplo, para inclusão em livros didáticos.

# EXPEDIENTE

**Secretaria de Estado do Trabalho, da Habitação e da Assistência Social do Rio Grande do Norte (SETHAS/RN)**
Iris Maria de Oliveira, *Secretária de Estado do Trabalho, da Habitação e da Assistência Social*
Edivânia Freitas de Lima, *Coordenadora da Política de Assistência Social*
Ikaro Flávio de Freitas Cosmo, *Subcoordenador da Proteção Social Básica do Sistema Único de Assistência Social*
Larissa Mércia Feitosa de Carvalho, *Subcoordenadora de Proteção Social Especial do Sistema Único de Assistência Social*

**Comitê Estadual Intersetorial de Atenção aos Refugiados, Apátridas e Migrantes – CERAM**
Thales Dantas, *presidente do Comitê Estadual Intersetorial de Atenção aos Refugiados, Apátridas e Migrantes (CERAM) do Rio Grande do Norte (RN)*
Katia Cristina Soares, *técnica de referência*
*Ana Paula Matos de Queiroz, coordenadora de pesquisa*
João Pedro Macedo, *pesquisador*
Pedro LeviLevi, *pesquisador*
Lucas Súllivam, *pesquisador*

**Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social (SEMTAS) de Natal**
Auricéa Xavier de Souza, Assistente Social, *Diretora da Assessoria Técnica*
Ana Paula Mafra Campelo Lacerda Carneiro de Barros, *Coordenadora de Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade*

**Secretaria do Trabalho, da Habitação e da Assistência Social (SETHAS) do Estado do Rio Grande do Norte**
Iris Maria de Oliveira, *Secretária de Estado do Trabalho,da Habitação e da Assistência Social (SETHAS)*
Edivânia Freitas de Lima, *Coordenadora da Política de Assistência Social*
Larissa Mércia Feitosa de Carvalho, *Subcoordenadora de Proteção Social Especial do Sistema Único de Assistência Social*
Ikaro Flávio de Freitas Cosmo, *Subcoordenador da Proteção Social Básica do Sistema Único de Assistência Social*

**Secretaria de Desenvolvimento Social, Direitos Humanos, Juventude e Política sobre Drogas da Prefeitura do Recife**
Ana Rita Suassuna, *Secretária*
Geruza Felizardo, *Secretária Executiva de Assistência Social do Recife*
Rosângela Aires Fontes, *Gerente da Proteção Social Básica*
Keilah de Araujo Souto, *Assistente Social*
Bruna Soares Farias, *Assistente Social*
Isabela Barretto Queiroz, *Psicóloga*

**Secretaria de Desenvolvimento Social, Criança, Juventude, Prevenção à Violência e às Drogas (SDSCJPVD) do Governo do Estado de Pernambuco**
Carlos Eduardo Braga Farias, *Secretário*
Viviane Wanderley Cavalcanti Santos, *Gerente de Proteção Social Especial de Alta Complexidade*

**Secretaria Municipal da Assistência Social da Prefeitura de Campina Grande**
Pâmela Vital do Rêgo Freire, *Secretária*
Ana Cleide de Farias Rotondano, *Diretora de Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade*
Thaís de Lima e Silva, *Coordenadora do Serviço de Atendimento ao Migrante*
Samara Nóbrega de Almeida, *Advogada*
Maria Ivaneide dos Santos, *Psicóloga*
Maria Fernanda Lourenço, *Assistente Social*
Gessyelle Catarine da Silva, *Antropóloga*

**Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano do Governo da Paraíba**
Pollyanna Dutra, *Secretária*
Monica Laura Caroli Ervolino, *Diretora da Gerência Executiva de Direitos Humanos*
Eduardo Brunello, *Gerente Operacional de Promoção do Acesso à Cidadania*
Adriana Barbosa dos Santos, *Assessora Técnica da Gerência Executiva de Direitos Humanos*

**Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social (CONGEMAS)**
Penélope Regina Silva de Andrade Surubim, *Presidenta*
Magali Pereira Gonçalves Costato Basile, *Vice-Presidenta*
Heitor Márcio Pinheiro dos Santos, *Primeiro Secretário*
Aletânia Ramires Gomes, *Segunda Secretária*
Valdiosmar Vieira Santos, *Primeiro Tesoureiro*
Fábio Bernardo da Silva, *Segundo Tesoureiro*
Paulo Henrique Sousa, *Secretário Executivo*

**Colegiado Estadual de Gestores Municipais da Assistência Social (COEGEMAS) de Pernambuco (PE)**
Mallon Fransisco Felipe Rodrigues de Aragão, *Presidente*
Ana Rita Suassuna Wanderley, *vice-presidente*
Marcia Lucia Nogueira Linhares Marquim, *Secretária*
Andreia Maria Galdino dos Santos, *Tesoureira*
Penélope Regina Silva de Andrade, *Primeira Suplente da Diretoria*
Camila de Sá Menezes Santos, *Segunda Suplente da Diretoria*

**Organização Internacional para as Migrações (OIM)**
Stephane Rostiaux, *Chefe de Missão da OIM Brasil*
Socorro Tabosa, *Assistente Especial do Chefe de Missão*
Eugenio Guimaraes, *Coordenador de Projetos*
Edjane Santana, *Assistente de Projetos*
Leany Moraleda, *Assistente de Projetos*
Jennifer Alvarez, *Assistente de Projetos*

# PARTICIPANTES DOS PROCESSOS DE DIÁLOGO

**Lideranças indígenas envolvidas**
Bernarda Perez, Indígena Warao
Inicacio Jose Perez, Indígena Warao
Celso Garcia, Indígena Warao
Edgar Gonzalez, Aidamo Indígena Warao
Enda Rattia, Indígena Warao
Librando Jose Rattia, Aidamo Indígena Warao
Mizael Gonzalez Perez, Aidamo Indígena Warao
Solimar Fuentes, Indígena Warao
Tomas Moya, Indígena Warao
Mauricio Cedeño, Indígena Warao
Cruz Rattia, Indígena Warao
Jose Mata, Indígena Warao
Rosenda Jimenez, Indígena Warao
Ramon Gomez Quinonez, Indígena Warao
Enrrique Zapata, Indígena Warao
Josefina Maria, Indígena Warao
Valdelado Perez, Indígena Warao
Jonni Jose, Indígena Warao
Marleni Rattia, Indígena Warao
Jose luis Baez, Indígena Warao
Abel Calderon, Indígena Warao
Lucindo Cardona, Indígena Warao
Marisol Beria, Indígena Warao
Yarleni Rattia, Indígena Warao
Celso Zapata, Indígena Warao
Jilven Antonio Gonzales, Indígena Warao
Juan Perez, Indígena Warao
Valquiria Kyalonan, Indígena Karaxuwanassu
Ridiwanio Procopiado, Indígena Karaxuwanassu
Rubenetes Klariwane, Indígena Karaxuwanassu
Yafe Dinapoli, Indígena Karaxuwanassu
Mardoguen Ferreira da Silva, Indígena Karaxuwanassu
Madna Eunice da Silva, Indígena Karaxuwanassu
Jose DomingoSilva Neto, Indígena Karaxuwanassu

**Universidade Estadual do Rio Grande do Norte UERN**
Eliane Anselmo da Silva, Pró-reitora Adjunta de Extensão

**Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)**
Liliam Argola Amaral
Samara Gomez
Gabriele Costa da Silva

*Foto: 2023/Max FORMIGA*

# APRESENTAÇÃO E AGRADECIMENTOS

O Comitê Estadual Intersetorial de Atenção aos Refugiados, Apátridas e Migrantes (CERAM), e a Secretaria de Estado do Trabalho, da Habitação e da Assistência Social (SETHAS) do Governo do Estado do Rio Grande do Norte, a Secretaria Municipal do Trabalho e Assistência Social (SEMTAS) da Prefeitura do Natal, a Secretaria Executiva de Assistência Social da Prefeitura do Recife, a Secretaria de Desenvolvimento Social, Criança, Juventude, Prevenção à Violência e às Drogas (SDSCJPVD) do Governo do Estado de Pernambuco, a Secretaria Municipal da Assistência Social (SEMAS) da Prefeitura de Campina Grande e a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano do Governo da Paraíba, com o apoio técnico da Organização Internacional para as Migrações (OIM) e o apoio institucional do Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social (CONGEMAS) e do Colegiado Estadual de Gestores Municipais da Assistência Social (COEGEMAS) de Pernambuco (PE), lançam o presente Caderno de Experiências sobre Atendimento Culturalmente Sensível para Indígenas Warao em Mobilidade no Brasil.

A iniciativa é um esforço decorrente dos desafios diagnosticados dentro do SUAS, na pesquisa da Matriz de Monitoramento de Deslocamento (DTM) Nacional sobre a População Indígena do Fluxo Venezuelano no Brasil, realizada em sua primeira edição em 2021 e segunda em 2023, em uma parceria da OIM com Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS), Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC), Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), Ministério dos Povos Indígenas (MPI) e Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI).

Os estados e municípios aqui envolvidos, da Região Nordeste, vêm dedicando seu trabalho no atendimento emergencial, acolhimento institucional e proteção de necessidades básicas da população Warao. O material é resultado desse trabalho, envolvendo reflexões e o desenvolvimento metodológico, a partir do trabalho dos profissionais locais junto às comunidades indígenas. A ideia deste material não é trazer respostas prontas, mas sistematizar informações-chave sobre a população indígena migrante, ferramentas para um atendimento culturalmente sensível dentro do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), recomendações direcionadas ao funcionamento dos serviços socioassistenciais, especialmente em contexto urbano, a partir desses caminhos metodológicos já percorridos, na construção de respostas locais, culturalmente sensíveis, participativas e respeitando a autonomia e o protagonismo das populações indígenas no processo.

Especialmente envolvidas nessa experiência, mencionam-se três comunidades indígenas Warao, nas cidades potiguares de Mossoró e Natal, nas cidades pernambucanas de Recife e Igarassu, bem como nas cidades paraibanas de João Pessoa e Campina Grande. Essas comunidades participaram de diálogos participativos voltadas para a definição estrutural e metodológica de projetos de acolhimento e planos de vida, liderado pelos governos estaduais do Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco, em parceria com as Prefeituras Municipais das cidades acima citadas.

Desta forma, o objetivo do documento é apresentar essas experiências, dentro da assistência social, dos estados e municípios aqui envolvidos no seu trabalho junto à população Warao e, com isso, apoiar as equipes locais vinculadas ao Sistema Unico de Assistência Social (SUAS) no processo de elaboração de iniciativas que melhor respondam às especificidades do público indígena em mobilidade, em especial da etnia Warao. Também tem o objetivo de promover uma gestão e estabilização das situações emergenciais visando a transição para soluções duradouras[1]. E, ainda que dedique especial atenção às especificidades do povo Warao, o material também traz informações estratégicas que podem servir como referência para o trabalho do SUAS com populações indígenas de outras etnias em mobilidade.

Assim, registramos nosso agradecimento às pessoas que contribuíram imensamente com suas ideias e insumos, participação sem a qual este material não teria sido possível:

- Às lideranças indígenas Warao Edgar Gonzalez, Librando Jose Rattia e Mizael Gonzalez Perez e suas respectivas comunidades;
- Às lideranças indígenas Warao e Karaxuwanassu das comunidades de Recife e Igarassu em Pernambuco, bem como às lideranças Warao de João Pessoa e Campina Grande na Paraíba;
- Aos pesquisadores das Universidades Federal (UFRN) e Estadual (UERN) do Rio Grande do Norte;
- Aos técnicos da organização Aldeias Infantis, da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI) e do Comitê Estadual Intersetorial de Atenção aos Refugiados, Apátridas e Migrantes (CERAM).

Esperamos que o material possa contribuir para a construção de um novo olhar sobre os processos de atendimento das populações indígenas no âmbito do SUAS, especialmente em contexto urbano.

Brasil, dezembro de 2023.

---

1. OIM. Soluções duradouras para indígenas migrantes e refugiados no contexto do fluxo venezuelano no Brasil. Brasília, 2020. Disponível em: https://bit.ly/3IfGnHX. Acesso em: 03/04/2023.

# ÍNDICE

Lista de figuras....8
Lista de siglas....9
Lista de tabelas....10

## I. Migração indígena....12

a. Definições....12
b. Dados da população indígena em mobilidade internacional....13
c. Dados do fluxo venezuelano no Brasil....13

## II. Atendimento de indígenas em mobilidade no SUAS: caso dos Warao em PB, PE e RN....16

a. Consulta livre, prévia e informada....17
b. Orientações para um atendimento culturalmente sensível....19
c. Construção de autonomias....29

## III. Experiências de atendimento possíveis....36

a. Mossoró....37
b. Natal – Comunidade 1....43
c. Natal – Comunidade 2....49
d. João Pessoa (PB)....54
e. Campina Grande....61
f. Recife (PE)....65

## IV. ANEXOS....68

Anexo 1: metodologia de diálogo para construção de plano de vida – aplicada em atividades com as comunidades Warao nas cidades de Recife (PE), Igarassu (PE), João Pessoa (PB) e Campina Grande (PB)....68

Anexo 2: metodologia de diálogo para elaboração de serviços de acolhimento institucional – usada nas cidades de Mossoró e Natal no Rio Grande do Norte (RN)....73

# LISTA DE FIGURAS

**Figura 01** – Quadro Síntese dos Serviços Socioassistenciais
**Figura 02** – Dimensões potenciais para os Planos de Vida
**Figura 03** – Desenho do abrigamento desejado pela comunidade consultada em Mossoró
**Figura 04** – Desenho do abrigamento desejado por uma das comunidades consultadas em Natal
**Figura 05** – Desenho do abrigamento desejado por uma das comunidades consultadas em Natal
**Figura 06** – Estrutura do abrigo para Warao, em João Pessoa
**Figura 07** – Estrutura da vila de casas (Vila do Lula)
**Figura 08** – Estrutura da vinculação dos serviços locais, em João Pessoa

# LISTA DE SIGLAS

**ABNT** Normas de Acessibilidade para Deficientes
**ACNUR** Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados
**ACS** Agente Comunitário de Saúde
**APIB** Articulação dos Povos Indígenas do Brasil
**APOINME** Associação dos Povos Indígenas e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo
**ASA** Articulação no Semiárido Brasileiro
**BPC** Prestação Continuada
**CAPS** Centros de Atenção Psicossocial
**CARE/RN** Centro de Acolhida e Referência para Refugiados, Apátridas e Migrantes do Rio Grande do Norte
**CERAM/RN** Comitê Estadual Intersetorial de Atenção aos Refugiados, Apátridas e Migrantes do Rio Grande do Norte
**CIMI** Conselho Indigenista Missionário
**CIT** Comissão Intergestores Tripartite
**CMEI** Centro Municipal de Educação Infantil
**CNAS** Conselho Nacional de Assistência Social
**CNDH** Conselho Nacional de Direitos Humanos
**CONGEMAS** Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social
**COEGEMAS** Colegiado Estadual de Gestores Municipais da Assistência Social
**CONANDA** Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
**CRAS** Centros de Referência de Assistência Social
**CRM** Centros de Referência da Mulher
**CT** Conselho Tutelar
**DASSAN/SEDH** Diretoria de Assistência Social e Segurança Alimentar da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Humano da Paraíba
**DPU** Defensoria Pública da União
**DTM** Matriz de Monitoramento de Deslocamento
**ECA** Estatuto da Criança e do Adolescente
**EJA** Educação de Jovens e Adultos
**FUNAI** Fundação Nacional dos Povos Indígenas
**FUNCEP/PB** Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza da Paraíba
**GEDH/SEDH** Gerência Executiva de Direitos Humanos da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Humano da Paraíba
**IBGE** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INInstrução Normativa
**LGBTIQA+** Pessoas Lesbicas, Gays, Bissexuais, Trans, Intersex, Queer, Assexuadas, Pansexuais, outros.
**LOAS** Lei Orgânica da Assistência Social
**MDS** Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome
**OIM** Organização Internacional para as Migrações
**OIT** Organização Internacional do Trabalho
**ONU** Organização das Nações Unidas
**OSCs** Organizações da Sociedade Civil
**PAEFI** Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos
**PAIF** Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família
**PCDs** Pessoas Com Deficiência
**PRODARTE** Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Artesanato do Recife
PSPronto Socorro
**SCFV** Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
**SEDH/PB** Secretaria de Estado de Desenvolvimento Humano da Paraíba
**SETHAS/RN** Secretaria de Estado do Trabalho, da Habitação e da Assistência Social do Rio Grande do Norte
**SEMTAS/Natal** Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social de Natal
**SENAS** Secretaria Nacional de Assistência Social
**SINE** Sistema Nacional de Emprego
**SUAS** Sistema Único de Assistência Social
**SUS** Sistema Único de Saúde
**UBS** Unidades Básicas de Saúde
**UFPB** Universidade Federal da Paraíba

# LISTA DE TABELAS

**Tabela 01** – Quadro de profissionais desenhado pelos Warao de Mossoró
**Tabela 02** – Quadro de profissionais desenhado pelos Warao de uma das comunidades consultadas, em Natal
**Tabela 03** – Quadro de profissionais desenhado pelos Warao de uma das comunidades consultadas, em Natal
**Tabela 04** – Quadro de profissionais dos serviços disponíveis, em João Pessoa
**Tabela 05** – Quadro de profissionais dos serviços disponíveis, em Capina Grande
**Tabela 06** – Quadro de profissionais dos serviços disponíveis, em Recife

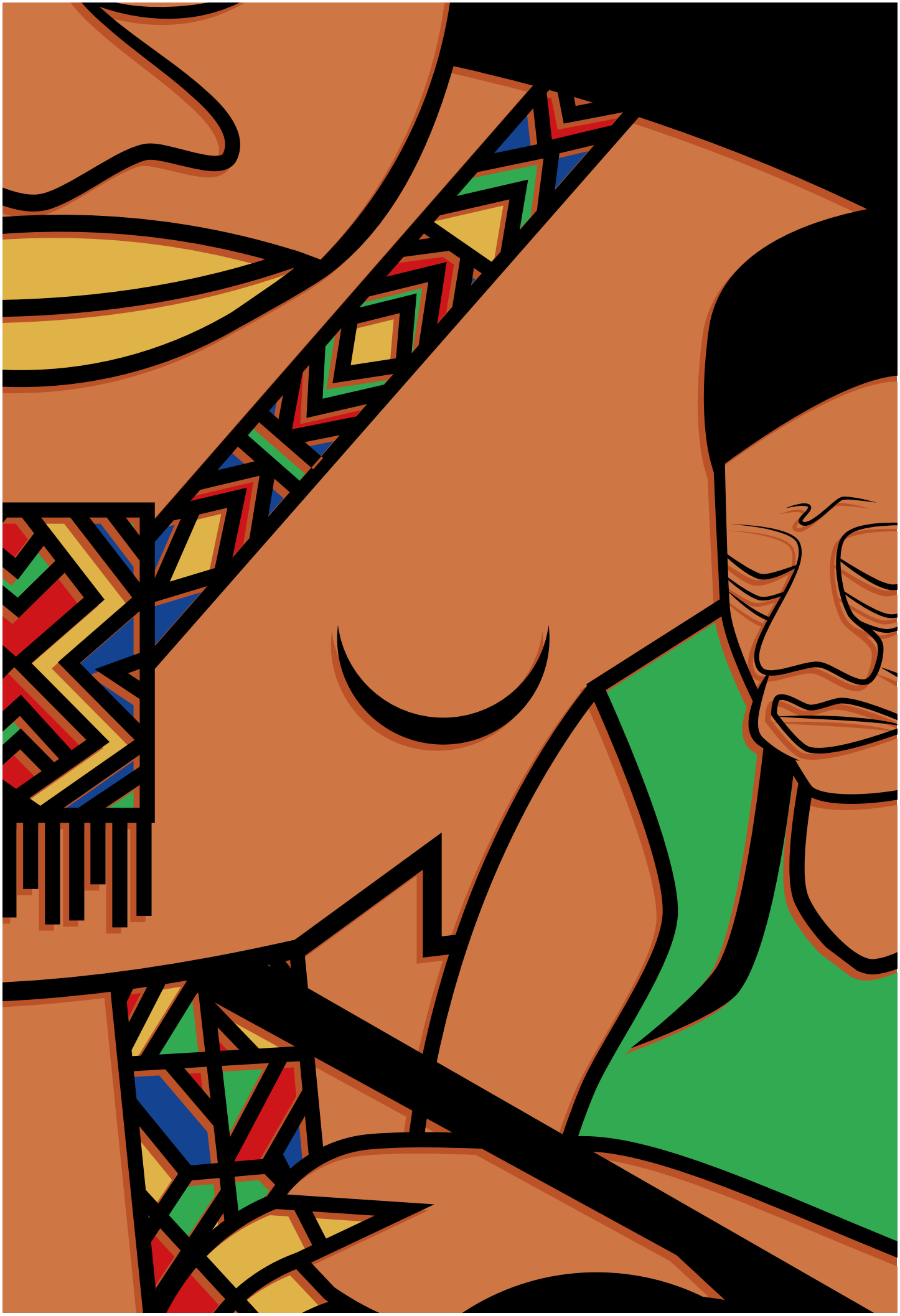


*Foto: 2023/Cáritas Arquidiocesana de Brasília - Osnildo Lima*

# I. MIGRAÇÃO INDÍGENA

## a. Definições

Serão usados alguns termos que estruturam metodologia da presente publicação:

**MIGRANTE**[2]: é "toda pessoa que se muda de seu local de residência habitual, seja dentro de um país ou através de uma fronteira internacional, temporária ou permanentemente, e por várias razões" (OIM, 2019). O termo é amplo e abrange os diferentes perfis migratórios, incluindo os da população indígena do fluxo venezuelano no Brasil e outras formas de mobilidade encontradas na população indígena dentro do país.

**INDÍGENA**[3]: é qualquer "membro de uma comunidade indígena e reconhecido por ela como tal". Já uma comunidade indígena é formada por "relações de parentesco ou vizinhança entre seus membros, que mantém laços histórico-culturais com as organizações sociais indígenas pré-colombianas". O ser indígena e a existência de uma comunidade de determinada etnia se constituem a partir de elementos linguísticos, cosmológicos, vínculos familiares e/ou com um determinado território ancestral, e a garantida pelo direito individual e coletivo de determinação e soberania como povo indígena.

2. OIM. Derecho Internacional de Migración – Glosario sobre Migración, de la Organización Internacional para las Migraciones. Genebra, 2019. Disponível em: https://bit.ly/3ZD2V3x. Acesso em: 14/03/2023.
3. Ver mais em: https://pib.socioambiental.org/pt/Quem_s%C3%A3o.

**MOBILIDADE INDÍGENA**[4]: além dos fatores que podem levar qualquer pessoa não-indígena a migrar, a mobilidade entre os povos indígenas pode se dar por diferentes motivos, por exemplo, relacionados a: "a parte intrínseca da vida e da cultura de alguns povos indígenas", "manter e desenvolver relações com os membros de sua comunidade", "comercializar bens e serviços além-fronteiras", "gozar de sua própria cultura, religião e língua, em comum com os outros membros do seu grupo" e "a autodeterminação".

# b. Dados da população indígena em mobilidade internacional

Na região das Américas, segundo o relatório da CEPAL (2016)[5], há cerca de 825 povos e 45 milhões de pessoas indígenas, aproximadamente 8% da população total da região. A população indígena migrante nos fluxos internacionais é uma realidade para alguns países da região, como Nicarágua (7,5%), Mexico (5%) e Peru (5%). No Brasil, segundo dados do IBGE de 2010, a população indígena dentro da migração internacional é estimada em cerca de 1%.

Além disso, o Brasil tem a maior concentração da diversidade étnica da região, com 305 povos indígenas brasileiros, além das 274 línguas indígenas mapeadas[6]. No país, as principais e mais numerosas etnias estão localizadas em regiões de fronteiras, como é o caso dos Tikuna (tríplice fronteira com Colômbia e Peru), os Makuxi (fronteira com República Bolivariana da Venezuela [adiante, Venezuela]), os Kaingang (tríplice fronteira com Paraguai e Argentina), os Guarani Kaiowá e Terena (fronteira com Paraguai)[7].

# c. Dados do fluxo venezuelano no Brasil

A população indígena do fluxo venezuelano no Brasil é estimada em cerca de 9,3mil[8] pessoas, até meados de 2023. Na pesquisa de 2021, a "Matriz de Monitoramento de Deslocamento (DTM) Nacional sobre a População Indígena Refugiada e Migrante Venezuelana", foram mapeadas 7 etnias indígenas em cerca de 16 cidades (OIM et al., 2021[9]). Em sua edição de 2022, foram realizadas entrevistas em 28 cidades das 5 regiões brasileiras e mapeados 13 povos indígenas (seis a mais que no ano anterior): Warao (70,7%), Tarepang (18,9%), Eñepa (1,9%), Arekuna (0,8%), Ka'riña (0,8%), Kamarakoto (0,8%), Pemon (0,5%), Macuxi (0,2 %), Ye'kwana (0,3%), Wayuu (0,2), Jivi

4. Mecanismo de Especialistas em Direitos dos Povos Indígenas (EMRIP). Estudio y asesoramiento sobre los derechos de los pueblos indígenas en el contexto de las fronteras, la migración y los desplazamientos. Disponível em: https://bit.ly/40I0Moh. Acesso em: 14/03/2023
5. CEPAL. Os povos indígenas na América Latina: Avanços na última década e desafios pendentes para a garantia de seus direitos. Santiago de Chile, Chile, 2015. Disponível em: https://bit.ly/3Kxg3mE. Acesso em: 14/03/2023.
6. FUNAI, IBGE. O Brasil Indígena. Disponível em: https://bit.ly/40Y0CsY. Acesso em: 14/03/2023.
7. FUNAI, IBGE. O Brasil Indígena: distribuição espacial da população indígena. Disponível em: https://bit.ly/3KqQd3r. Acesso em: 14/03/2023.
8. ACNUR. Painel de Perfil Populacional Indígena. Disponível em: http://bit.ly/42KmglZ. Acesso em: 14/03/2023.
9. OIM et al.. 2021. Matriz de Monitoramento de Deslocamento (DTM) Nacional sobre a População Indígena Refugiada E Migrante Venezuelana. Disponível em: https://bit.ly/3IdhkFl. Acesso em: 14/03/2023.

(0,08%), Chaima (0,05%) e Akamaio (0,02%) (OIM et al., 2023[10]). A migração transnacional entre Venezuela e Brasil, bem como a migração interna da populacão venezuelana no país, trazem a importante reflexão de como garantir a proteção de uma população com especificidades etnoculturais e linguísticas durante e após as chegadas espontâneas, nas mais de 40 cidades brasileiras onde se tem conhecimento que essa população se encontra.

Fora da região da emergência nos estados do Norte, como Roraima, o atendimento a essa população vem sendo realizada em diversos contextos, com a participação ativa da Secretaria Nacional de Assistência Social (SENAS) do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS), dos governos estaduais e municipais, com o apoio técnico da OIM e outras Agências da ONU, e em parceria com as Organizações da Sociedade Civil (OSCs).

Os Warao (na língua portuguesa, significa povo d'água) têm migrado em busca de melhores condições de vida para o Brasil e realizado movimentos contínuos de migração interna em todas as regiões do território brasileiro (OIM et al., 2023). Se originam do Delta do Rio Orinoco, na região que cobre os estados venezuelanos do Delta Amacuro, Bolívar, Sucre e Monagas. A segunda etnia mais numerosa na Venezuela, são horticultores desde os anos 1970 e tradicionalmente pescadores, coletores e artesãos exímios.

Diante das especificidades culturais e da necessidade de diálogos interdisciplinares, são muitos os desafios que acompanham o processo de atendimento para indígenas em contexto de mobilidade, como os Warao, os quais este material tentará abordar a seguir.

10. Ver mais em:

1. OIM et al.. 2021. Matriz de Monitoramento de Deslocamento (DTM) Nacional sobre a População Indígena do Fluxo Venezuelano no Brasil. Disponível em: bit.ly/3sGsPbX. Acesso em: 04/09/2023.
2. Observatório Interativo da População Indígena do Fluxo Venezuelano para o Brasil. Disponível em: https://bit.ly/44EXuDR. Acesso em: 04/09/2023.

*Foto: 2023/Mano DE CARVALHO*

# II. ATENDIMENTO DE INDÍGENAS EM MOBILIDADE NO SUAS: CASO DOS WARAO EM PB, PE E RN

Nas diretrizes definidas no art. 194 da Constituição (1988) e na Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), é previsto o compromisso da atuação respeitosa às diferenças, como um direito garantido aos povos indígenas, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Essas disposições também estão em concordância com os art. 231 e 232 da Constituição, que garantem aos povos indígenas a autonomia na organização social, a preservação de costumes, línguas, crenças e tradições, bem como os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam. Também tratam essas definições legais do cuidado na comunicação intercultural entre os prestadores de serviços e a população indígena, bem como da importância de "oportunizar espaços de escuta e ouvir suas definições sobre o trabalho social que desejam" (MDS, 2017[11]). E, com isso, buscam garantir uma prática socioassistencial que evite posturas discriminatórias, que podem dificultar o estabelecimento do vínculo com esses usuários e comprometer a garantia de proteção e o acesso a direitos básicos dessa população.

11. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS). Trabalho Social com Famílias Indígenas na Proteção Social Básica. Brasil, 2017. Disponível em: https://bit.ly/3nKza3j.

*Foto: 2023/Secretaria de Desenvolvimento Humano (SECH) do Governo da Paraíba*

# a. Consulta livre, prévia e informada

Assim como os quilombolas e os demais povos tradicionais, os indígenas são sujeitos de direitos, contando com garantias específicas definidas no direito nacional e internacional. É importante frisar que aos indígenas migrantes são garantidos os direitos na sua condição de (1) seres humanos, (2) migrantes e (3) indígenas, sem prejuízo de discriminação por etnia, nacionalidade e/ou status migratório[12]. E esses direitos são exercidos nos níveis individual e coletivo, como os direitos *à autodeterminação e à consulta prévia, livre, informada e de boa fé*. A consulta é um direito dos povos indígenas e demais povos tradicionais, que envolve o diálogo liderado pelas comunidades e lideranças, em processos e ações que afetam a vida dessas pessoas.

Para a realização e garantia dos devidos processos de consultas, não há necessidade de instrumental prévio, sempre e quando a comunidade em questão estiver no centro do processo decisório. Instrumental é o chamado protocolo de consulta, documento que é definido por cada povo e/ou comunidade de maneira diferente, com a função de definir as regras de como devem ser realizados os diálogos e definições, a partir das "especificidades culturais, os sistemas jurídicos próprios, formas de organização social e deliberação coletiva"[13] da comunidade e povo indígena em questão. É sugerido que os processos de consulta possam contar com a presença de atores do Sistema de Justiça, diante de sua expertise e designação constitucional de representação perante o Estado brasileiro[14], como a Defensoria Pública da União e o Ministério Público Federal, além das instâncias estaduais desses órgãos. Além

12. OIM. Aspectos jurídicos da atenção aos indígenas migrantes da Venezuela para o Brasil. Coordenadores Erika Yamada e Marcelo Torelly. Brasília, 2018. Disponível em: https://bit.ly/3eU4g1a. Acesso em: 14/03/2023.
13. Ver mais em: https://observatorio.direitosocioambiental.org/.
14. Ver mais em: https://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr6/documentos-e-publicacoes/protocolos-de-consulta.

disso, é de extrema importância que instituições indigenistas e indianistas também possam acompanhar esses processos, como a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (*FUNAI*) e OSCs, ou como Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (*APIB*), Associação dos Povos Indígenas e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (*APOINME*), Conselho Indigenista Missionário (*CIMI*), entre outros.

O Brasil é signatário[15] da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT, 1989)[16]. É o primeiro documento em nível internacional, com peso de lei para seus signatários, que definiu os contornos do direito indígena. Nele são tratados aspectos que definem os marcos sobre territorialidade, etnodesenvolvimento, direitos sociais, entre outros, bem como sobre o papel dos governos, que teriam a tarefa de:

b. consultar os povos interessados, mediante procedimentos apropriados e, particularmente, através de suas instituições representativas, cada vez que sejam previstas medidas legislativas ou administrativas suscetíveis de afetá-los diretamente;
c. estabelecer os meios através dos quais os povos interessados possam participar livremente, pelo menos na mesma medida que outros setores da população e em todos os níveis, na adoção de decisões em instituições efetivas ou organismos administrativos e de outra natureza responsáveis pelas políticas e programas que lhes sejam concernentes;
d. estabelecer os meios para o pleno desenvolvimento das instituições e iniciativas dos povos e, nos casos apropriados, fornecer os recursos necessários para esse fim.

Além disso, a Convenção define que:

e. as consultas realizadas na aplicação desta Convenção deverão ser efetuadas com boa fé e de maneira apropriada às circunstâncias, com o objetivo de se chegar a um acordo e conseguir o consentimento acerca das medidas propostas.

Ainda que algumas lideranças indígenas em mobilidade internacional tenham o interesse de construir um diálogo em nível federal com os atores pertinentes no Brasil[17], até a data de produção desta publicacão, não existe no país um protocolo que abranja as inúmeras especificidades dos diversos povos indígenas em mobilidade. No *Observatório de Protocolos de Consulta e Consentimento Livre, Prévio e Informado*, podem ser encontrados vários exemplos desse tipo de documentos produzidos por indígenas brasileiros e outras partes do mundo. Além disso, existe também um protocolo dos Warao no estado do Pará, que se aplica para este contexto estadual de consulta e a essa comunidade específica envolvida. Cabe sublinhar que nenhum desses protocolos produzidos anteriormente se aplicam necessariamente a outros contextos de consulta com os Warao[18]. Cada processo é construído de acordo com o contexto e a partir do interesse da comunidade com a qual se está dialogando, frente a tomadas de decisões que influam na vida dessas pessoas.

15. BRASIL. Presidência da República. Decreto nº 10.088, de 05 de novembro de 2019. Disponível em: http://bit.ly/3MctlWI. Acesso em: 14/03/2023.
16. OIT. Convenção nº 169. Disponível em: https://bit.ly/40CZMID. Acesso em: 14/03/2023.
17. Durante a elaboração da presente publicação, entre os dias 10, 11 e 12 de abril de 2023, foi realizado a 1ª Formação Nacional de Lideranças Indígenas em Mobilidade, processo no qual o tema foi tratado.
18. UEPA. Protocolo de consulta prévia do povo Warao em Belém-PA. Disponível em: http://bit.ly/3zuQ34S. Acesso em: 14/03/2023.

*Foto: 2023/Mano DE CARVALHO*

# b. Orientações para um atendimento culturalmente sensível

A necessidade de atendimento de indígenas em contexto urbano, observando suas peculiaridades, vem sendo um tema tratado no SUAS, a partir do fluxo venezuelano no Brasil. A formulação desse tipo de política pública precisa ser pensada e desenhada junto aos indígenas. E é de responsabilidade conjunta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios garantir aos migrantes o acesso integral aos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, como mencionado no *Guia de Atendimento a Migrantes Internacionais no Âmbito do Sistema Único de Assistência Social* (SUAS) (MDS, OIM, 2023), documento no qual podem ser encontradas informações completas sobre a inclusão dessa população no SUAS.

Sobre o acesso da população ao SUAS, existem caminhos que se diferem a partir da necessidade do beneficiário e do serviço procurado dos quais trataremos a seguir:

FIGURA 1. Quadro Síntese dos Serviços Socioassistenciais

| | | |
|---|---|---|
| **Proteção Social Básica** | | 1. Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF);<br>2. Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV);<br>3. Serviço de Proteção Social Básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosas. |
| **Proteção Social Especial** | **Média Complexidade** | 1. Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI);<br>2. Serviço Especializado em Abordagem Social;<br>3. Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida, e de Prestação de Serviços à Comunidade;<br>4. Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias;<br>5. Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua. |
| | **Alta Complexidade** | 6. Serviço de Acolhimento Institucional;<br>6.1 abrigo institucional;<br>6.2 Casa-Lar;<br>6.3 Casa de Passagem;<br>6.4 Residência Inclusiva.<br>7. Serviço de Acolhimento em República;<br>8. Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora;<br>9. Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências. |

*Fonte: MDS e OIM. Guia de Atendimento a Migrantes Internacionais no Âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). 2022, p. 24. Síntese dos Serviços Socioassistencial em vigência, conforme Resolução CNAS 109/2009 que dispõe sobre a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais.*

## Na Proteção Básica:

1. Como primeiro passo, é fundamental garantir o cadastro no CadÚnico, seguindo as orientações específicas para migrantes, como registro de nacionalidade e outros dados, regulamentadas pelo MDS (*clique aqui para saber mais*).

2. Deve-se observar as especificidades do cadastro da população indígena no CadÚnico, regulamentadas no *Informe de Auxílio e Registro no Cadastro Único (CadÚnico) nº 4/2023*, que orienta sobre os dados de registro necessários para identificar as etnias e identidade indígena no CadÚnico. É de extrema importância o registro das etnias para atender à garantia da autodeterminação do povo indígena, além da nacionalidade.

3. Quaisquer dos benefícios socioassistenciais e de transferência de renda podem ser acessados pela população migrante indígena e não indígena, de acordo com seu perfil socioeconômico e grau de vulnerabilidade. Observar que a coordenacao com a comunidade indigena, sobre o recebimento de diferentes benefícios, carece da explicação sobre alguns processos gradativos, no recebimento de uma parcela e outra, ou na necessidade de apresentação periódica do cartão de vacinas das crianças cadastradas, por exemplo. É necessário explicar para as chefias de familia sobre esses procedimentos, além dos compromissos assumidos e vinculados aos benefícios

acessados, contribuindo com o esclarecimento das informações, resposabilização e autonomia da família indígena beneficiária. Ainda, é muito importante que os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) possam ofertar orientações e/ou encaminhar as chefias das famílias e suas lideranças comunitárias para a orientação e educação financeira, já que a bancarização de indigenas migrantes no Brasil é um processo particular à essa população.

4. Deve-se ofertar à comunidade, por meio do diálogo com as lideranças indígenas, a inclusão no Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) e no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV). Importante observar aqui as necessidades, as prioridades e o plano de vida da comunidade (consultar anexo 1, como possível referência para organização e sistematização de diálogos). Também, deve-se verificar as especificidades da convivência entre os membros de diferentes famílias dentro de uma mesma comunidade indígena e construir estratégias de transição para a convivência com outras famílias e membros não indígenas, junto com essas comunidades.

Destaca-se também, no caso do **atendimento de populações indígenas:**

A publicação do documento *Trabalho social com famílias indígenas na proteção social básica*, com orientações sobre o atendimento e o acesso aos programas e serviços no SUAS.

A *Resolução do CNAS nº 20/2020* trata dos procedimentos no campo do SUAS para o atendimento da população indígena.

Os materiais produzidos pelo MDS, em parceria com o Alto Comissariado da ONU para Refugiados (Acnur), que tratam de aspectos técnicos do trabalho social no SUAS com população indígena migrante: *Guia de referência para o trabalho social com a população indígena refugiada e imigrante* e *Guia proteção comunitária de pessoas indígenas refugiadas e imigrantes.*

## Na Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade:

1. Da mesma forma como indicado na Proteção Básica, as famílias de indígenas migrantes em situação de rua devem ser encaminhadas para o cadastro no CadÚnico, observando especialmente o preenchimento do Formulário Principal e Suplementar 2, conforme orientações do *Guia de Cadastramento de Pessoas em Situação de Rua.*

2. É importante que haja, também, o acompanhamento no **Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI)**, no atendimento de situações de violação de direitos humanos e ou violências. Em casos de conflitos envolvendo **crianças indígenas**, é importante considerar que as definições sobre infância podem variar de acordo com o entendimento da etnia. O respeito a essas definições culturais está amparado na legislação brasileira que, segundo a Resolução nº 181/2016 do Conanda, define que "devem ser respeitadas as concepções diferenciadas dos diversos povos e comunidades tradicionais acerca dos ciclos de vida que compreendem o período legalmente estabelecido como infância, adolescência e fase adulta". A preservação da convivência familiar nas comunidades indígenas no Brasil também é amparada pela legislação brasileira, que prevê a preservação dos laços de parentesco, através da Instrução Normativa (IN) da FUNAI nº 1/2016, que define em seu art. 1 os princípios de zelar pela "promoção do direito à convivência familiar e comunitária" e "a proteção de crianças e jovens indígenas em situação de violação aos direitos garantidos nos art. 227 e 231 da Constituição Federal". Ainda, a Recomendação do Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH) nº 20/2019 sugere a abstenção da adoção de procedimentos que gerem a perda do poder familiar, como o acolhimento institucional e o acolhimento familiar, no que tange a crianças indígenas do fluxo venezuelano para o Brasil em situação de rua, especialmente as de etnia Warao, sem antes serem observadas todas as medidas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Além disso, **as relações de gênero e orientação sexual** também são pontos que exigem sensibilidade frente às especificidades das performances culturais de cada povo. Entre os Warao, por exemplo, a mulher tem um papel fundamental na sobrevivência do grupo; os homens também acumulam papéis culturais que são fundamentais para a segurança e contato com o mundo não indígena; e as pessoas LGBTQIA+ são reconhecidas como qualquer outro membro do grupo e fazem parte da convivência familiar e comunitária de acordo com suas orientações de gênero e sexualidade (OIM, 2020). No processo de migração, devido à convivência interétnica em abrigos e ao contato com outras cosmologias e religiosidades, os Warao vêm vivenciando diversas transformações em sua cultura, em parte pela necessidade de adaptação e sobrevivência. Nesse contexto, divergências em torno de questões de gênero podem causar conflitos, e a coesão social pode ser enfraquecida, gerando outros desencadeamentos como a desagregação de famílias e debilitação dos laços de confiança entre as redes de apoio mútuas. Então, quando falamos do tratamento de violências nas comunidades Warao, especificamente de gênero ou contra pessoas LGBTQIA+, estamos falando de um sintoma consequente de vários outros fatores diretamente relacionados. Assim, ao tratar desses conflitos, é necessário investigar a relação de fatores agregados e evidenciá-los nos processos de resolução comunitária dos conflitos.

3. Também é importante mencionar a **escuta qualificada** no atendimento para perceber situações de **tráfico de pessoas, trabalho escravo etc.**, diante de possíveis condições de extrema vulnerabilidade. O SUAS possui alguns materiais orientativos sobre como realizar uma escuta qualificada para identificar e orientar o atendimento de potenciais casos de tráfico de pessoas ou trabalho escravo. Além desses materiais, a OIM também vem trabalhando, junto aos seus parceiros, no desenvolvimento de materiais que possam orientar beneficiários e profissionais sobre formas de escuta sensível, para a identificação, tipificação e encaminhamentos de denúncias, em casos de tráfico de pessoas e trabalho escravo.

4. Já o **acolhimento institucional de migrantes dentro do SUAS** já conta com orientações próprias e destinação de recursos emergenciais, regulamentados pelo MDS, desde as emergências socioassistenciais do fluxo migratório dos haitianos dos primeiros anos da década de 2010. Posteriormente, em 2014, esses instrumentos orientativos foram incorporados por regulamentações emitidas pela Comissão Intergestores Tripartite (CIT) e o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS). Atualmente, os governos locais que recebem contingente de migrantes venezuelanos oriundos do estado de Roraima e precisam acessar os recursos do cofinanciamento federal emergencial vigente podem recorrer às Portarias da *CIT nº 2/2019*, no âmbito dos Serviços de Proteção em Situações de Calamidade Pública e de Emergências, dentro da Proteção Especial.

Para solicitar os recursos emergenciais, os gestores devem realizar um diagnóstico e apresentar uma proposta para a Assessoria de Assuntos de Imigração, da Secretaria Nacional de Assistência Social, do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS), por meio do e-mail: *migrantes@mds.gov.br.*

Outras formas sustentáveis e contínuas de financiamento no acolhimento da população migrante e refugiada estão em debate entre os governos locais e o governo federal.

## No atendimento integral e acolhimento

A partir desses parâmetros legais e administrativos, bem como da experiência de consulta realizada em fevereiro de 2023 com comunidades indígenas de Natal e Mossoró, no Rio Grande do Norte (ver anexo 2), e em março de 2023 em Recife (PE), Igarassu (PE), João Pessoa (PB) e Campina Grande (PB) (ver anexo 1), os temas listados a seguir foram elaboradas para apoiar o desenho de propostas de atendimento e acolhimento culturalmente sensível. O objetivo desta divisão é listar insumos para o atendimento no SUAS, observando a transição do primeiro contato com os indígenas Warao até o acesso aos diversos serviços existentes:

1. Consulta e formulação participativa do atendimento no SUAS
2. Mobilidade no atendimento do SUAS
3. Convivência interétnica
4. Espaço físico do acolhimento
5. Equipe técnica e gestão do acolhimento institucional
6. Insumos e necessidades básicas
7. Interculturalidade no acolhimento institucional em rede
8. Proteção

Cada tema acima é apresentado da seguinte maneira:

- **Situação potencial**: cenário hipotético com fatores a serem analisados em cada tema.
- **Informações-chave**: informações antropológicas, culturais e dados estatísticos para auxiliar a tomada de decisão.
- **Sugestões de ação**: recomendações técnicas elaboradas a partir dos diálogos realizados com profissionais locais do SUAS e indígenas Warao.

# 1. Consulta e formulação participativa do atendimento no SUAS

SITUAÇÃO POTENCIAL: em contextos urbanos no Brasil, a chegada espontânea de indígenas Warao se dá com a instalação deles em espaços e vias públicas de maneira improvisada. Ao precisarem de acolhimento institucional emergencial, sua auto-organização comunitária e familiar não se encaixa nos modelos de equipamentos existentes. Isso pode expô-los a situacoes de risco e violacoes de direitos humanos.

INFORMAÇÕES-CHAVE: Os Warao costumam migrar em comunidades organizadas por famílias estendidas e numerosas, lideradas pelos seus Caciques (Aidamo) e, às vezes, acompanhadas por Xamãs (OIM et al., 2023). Os grupos são formados em função do número de filhas que possuem, geralmente porque os homens que se casam se juntam à família da esposa, criando assim uma família extensa. Isso acaba dividindo os grupos por comunidades de origem, famílias unidas por consanguinidade e filiação, pois cada grupo busca manter suas especificidades com autenticidade própria. Isso pode expô-los a situacoes de risco e violacoes de direitos humanos.

SUGESTÕES:

- Recomenda-se respeitar, identificar e convocar as lideranças reconhecidas pela comunidade para dialogar e definir: (1) a realização de diagnóstico preliminar, (2) a verificação de parâmetros de consulta que envolvam a comunidade como um todo, (3) o traçar de planos com ações emergenciais de atendimento, (4) a viabilização do cadastramento de famílias no CadÚnico e (5) o atendimento das demandas por ordem de prioridade definidas com a comunidade. Se a família estiver em situação de vulnerabilidade, precisará ser acompanhada pelo CRAS através do PAIF.
- Do primeiro atendimento até o acolhimento emergencial, (1) desenhar a estratégia e (2) definir os prazos, em negociação com a comunidade, explicando as possibilidades e limites locais de execução, considerando as diferenças e os conflitos entre si, anteriores à chegada ou que podem se dar durante a convivência dentro de um mesmo local de convívio.
- A situação emergencial pode contemplar a passagem provisória por um acolhimento dentro das condições possíveis para aquele momento e, na sequência, seguir para um equipamento mais bem adaptado às necessidades daquela comunidade.

- É importante definir os tempos e prazos de acolhimento, desde o início, mediando os desejos dos indígenas e as possibilidades locais.

## 2. Mobilidade no atendimento do SUAS

**SITUAÇÃO POTENCIAL:** novas chegadas de parentes da comunidade presente no município trazem a necessidade de novas negociações e adaptações das estruturas existentes.

**INFORMAÇÕES-CHAVE**: essas novas chegadas podem se dar devido às condições de coleta de dinheiro nas ruas, à falta de terras para o trabalho agrícola, à busca por atendimento médico, à venda de artesanato, à busca por emprego e à dificuldade de pagar o aluguel, entre outras (OIM et al., 2023).

**SUGESTÕES**:

- Recomenda-se reservar um espaço extra nos equipamentos existentes para as novas chegadas e definir os limites de capacidade junto às lideranças, explicando os impactos na qualidade de vida dos já acolhidos diante das novas chegadas.
- Sugere-se consultar e respeitar a definição das relações parentais que reúnem ou não uma família a uma determinada comunidade antes de alocar novas pessoas no mesmo espaço que outra comunidade já tenha sido acolhida anteriormente.
- Em caso de novas chegadas temporárias e o estabelecimento de fluxos migratórios itinerantes, a equipe do equipamento de referência precisará responder com novas consultas e repactuações a cada nova chegada, diante das condições e limitações dos recursos existentes.

## 3. Convivência interétnica

**SITUAÇÃO POTENCIAL:** as diferenças culturais entre as equipes envolvidas e a comunidade indígena, inclusive entre comunidades diferentes de uma mesma etnia, é um fator que potencializa a sensação de estranheza entre ambas as partes. Destacando que há grupos que estão em processo de migração há muitos anos e outros que começaram há pouco tempo, alguns tem mais ou menos familiaridade com hábitos próprios da sociabilidade urbana. Em outras palavras, existem alguns traços sociais e culturais que são específicos de cada comunidade, o que pode causar conflitos, divisões e separações físicas dentro de um mesmo espaço.

**INFORMAÇÕES-CHAVE:** a falta de acesso a espaços educacionais pode acarretar o isolamento cultural e linguístico, em processos migratórios longos e itinerantes como nos Warao. E a convivência involuntária de comunidades e/ou etnias diferentes dentro de um mesmo espaço de acolhimento pode acarretar conflitos severos e práticas de feitiçaria entre seus membros, por exemplo, que podem causar a morte por violências interpessoais e/ou por causas cosmológicas, que atingem os parentes envolvidos e gerações futuras (OIM et al., 2023).

**SUGESTÕES**:

- É importante respeitar as subdivisões e o surgimento de novos cacicados (novos caciques), pois é um processo que pode ocorrer à medida que novos casamentos e famílias vão se formando, por exemplo.
- Recomenda-se organizar os regimentos do equipamento de abrigamento junto à comunidade e na presença de todos os membros (lideranças, mulheres, crianças, idosos, pessoas LGBTQIA+ etc.).
- Aconselha-se identificar os espaços de convivência e as regras gerais de cada espaço dentro do equipamento de acolhimento ou dos locais de atendimento, de forma multilíngue, para facilitar a compreensão da comunidade.
- Indica-se a organização periódica com os beneficiários dos calendários de atividades nas quais a comunidade será envolvida.

- É importante realizar atividades de valorização cultural e trocas culturais entre as equipes técnicas de referência e os indígenas, em sintonia com os desejos e celebrações culturais e religiosas da comunidade.
- É interessante estimular as práticas religiosas e/ou espirituais da comunidade, em espaços específicos e destinados para esse fim, nas instalações do acolhimento ou na comunidade.
- Recomenda-se garantir o apoio de profissionais da antropologia, para auxiliar no diagnóstico dos estranhamentos culturais que podem surgir nas interações entre os indígenas, as equipes técnicas de referência e a rede de serviços, respeitando as orientações das lideranças da comunidade em questão, para cada caso.

## 4. Espaço físico do acolhimento

**SITUAÇÃO POTENCIAL:** há municípios nos quais a estrutura e disposição dos espaços pode não se adequar à organização cultural dos indígenas. Além disso, a disposição do espaço de maneira horizontal e dificuldades para entender a diferença entre acolhimento e moradia permanente podem acarretar desafios para a rede local. E a isso se soma a dinâmica do equipamento que pode envolver uma instância indígena de organização, o que foge do formato de acolhimentos convencionais.

**INFORMAÇÕES-CHAVE:** nos territórios de origem, a vivência dos Warao se remete a espaços organizados de maneira horizontal, que respondem ao agrupamento de famílias estendidas, em que as lideranças têm maior status conforme o número de membros e força de trabalho que a comunidade pode gerar conjuntamente. Os espaços de acolhimento desejados, diante do avanço das estruturas de serviços urbanos para dentro dos territórios originários, geralmente, remetem a uma estrutura que inclui moradia, lazer, cultura, educação, assistência médica, atividades religiosas e/ou espirituais, bem como atividades de trabalho como artesanato, agricultura e pesca. Além disso, as aptidões e conhecimentos são definidos por gênero, que podem indicar possíveis ocupações diferentes entre o universo masculino e feminino.

**SUGESTÕES:**

- Após as primeiras conversas com a comunidade sobre a organização do espaço físico do acolhimento, recomenda-se um estudo prévio de locais possíveis e a visitação junto aos indígenas, para avaliação do espaço no qual pode ser executado o projeto de acolhimento institucional.
- As atividades e organização da comunidade precisam estar representadas na estrutura do equipamento, dentro das possibilidades materiais existentes, incluindo: cozinhas, comedorias, lavanderias e banheiros de uso comunitário; espaços para práticas de esporte e lazer, promovendo o bem viver – comum entre as etnias indígenas ameríndias; dormitórios que contemplem a divisão por núcleos familiares e estruturados no formato de redários; espaços multiusos para realização de atividades culturais e comunitárias de consulta, formações profissionalizantes, oficinas e sessões informativas sobre direitos; espaços para prática da religiosidade cristã e/ou espiritualidade indígena, o que pode incluir práticas de cura tradicionais neste último caso; e espaços para atividades de geração de renda como oficinas de artesanato e confecção de roupas para as mulheres, bem como hortas comunitárias e/ou produção piscicultura para os homens.
- Estruturar espaços de convivência para a realização de atividades de contraturno para as crianças e adolescentes, como creches comunitárias.
- Evitar a verticalização do espaço e/ou realizar adaptações, de acordo com as Normas de Acessibilidade para Deficientes (ABNT 9050/2020), para facilitar o acesso das pessoas com deficiência, crianças, pessoas idosas e mulheres grávidas.
- Avaliar e definir com a comunidade como os móveis e itens, que serão doados ou emprestados no equipamento para uso cotidiano, serão distribuídos – se para uso comunitário, distribuído por família ou por indivíduos.

EXEMPLOS:

**Móveis e eletrodomésticos** (para empréstimo e uso comum): computadores, ventiladores, máquinas de lavar, fogões, geladeiras, TV, camas, colchões, mesas e cadeiras etc.

**Utensílios domésticos** (para doação da comunidade e organização familiar): redes, itens para cozinha (liquidificadores, pratos, copos, panelas, talheres), roupas de cama e banho etc.

## 5. Equipe técnica e gestão do atendimento institucional

SITUAÇÃO POTENCIAL: as equipes técnicas, responsáveis pela gestão dos espaços e/ou das atividades com os usuários, podem ter dificuldades em desenvolver estratégias culturalmente sensíveis no contato com uma nova cultura. Podem enfrentar, também, desafios para definir o funcionamento do equipamento, compreendendo a mediação entre os recursos disponíveis, tipificação SUAS dos equipamentos e as prioridades dos indígenas.

INFORMAÇÕES-CHAVE: os indígenas Warao vêm de um processo migratório longo, saindo de seus territórios de origem na Venezuela em direção a centros urbanos, tanto em seu país como no Brasil. Nesse sentido, o contato com as diversas instituições e atores vem transformando as dinâmicas culturais das comunidades dessa etnia. As próprias comunidades têm desenvolvido novas estratégias de sobrevivência, a partir das adversidades vivenciadas e aprendizados. Nesse processo, pode haver a quebra de vínculos de confiança com os serviços acessados, frente a conflitos e desgastes vivenciados por essa população com estas instituições, o que pode implicar em uma possível e inerente descrença dessa população em relação a novos atores que os interpelam.

SUGESTÕES:

- As gestoes de equipamentos de acolhimento podem se apresentar em diferentes composicoes, de acordo com os interesses das comunidades e possibilidades locais. Sobre este ponto, sugere-se dialogar com cada comunidade a respeito do modelo desejado e das capacidades locais de incorporar este modelo, ou negociar em caso de haver limitações na implementação do modelo apresentado pelos indígenas.

**OBS**: nas atividades de diálogo realizadas no Rio Grande do Norte (RN) e nos modelos já estruturados dos estados da Paraíba e Pernambuco, os formatos incluem equipes indígenas, que atuam junto à equipe técnica de referência do SUAS.

Ver mais no capítulo 3

- A atuação interdisciplinar, as competências linguísticas, a abertura para a participação social e o diálogo intercultural são necessárias na composição das equipes técnicas. Por isso, recomenda-se a contração de profissionais de áreas como antropologia, assistência social, educação, entre outras, que tenham expertise em línguas e experiências de trabalho de campo com públicos diversos, especialmente migrantes e/ou indígenas.
- Diante da possível incompreensão sobre as diversas políticas sociais locais e a necessidade de apoio no funcionamento desses serviços, é importante a presença de técnicos brasileiros (ou outros migrantes) na equipe, para que possam acompanhar os indígenas e orientá-los no acesso pleno e esclarecido, para mitigar situações de discriminação e/ou evitar falhas de comunicação.

- Sobre as questões de saúde, faz-se fundamental a integração de políticas e plano de ação conjunto às equipes do SUS, para o atendimento da população Warao em situação de acolhimento e/ou vulnerabilidade, dando especial atenção à vacinação, doenças respiratórias e zoonoses.

## 6. Insumos e necessidades básicas

**SITUAÇÃO POTENCIAL:** os Warao dependem da alimentação arrecadada em doações e da assistência social, devido ao grau de vulnerabilidade em que se encontram. Além disso, saem com frequência para realizar a coleta e os recursos arrecadados vão principalmente para a compra de alimentos. A aquisição da proteína animal como o frango, por exemplo, pode encarecer os custos com a alimentação, além dos altos custos com água e luz nos equipamentos ou em imóveis alugados. E, quando os indígenas moram em condições de aluguel, as dificuldades de se autossustentar são ainda maiores.

**INFORMAÇÕES-CHAVE:** A vulnerabilidade socioeconômica em que a população Warao se encontra é alta. Somam-se fatores como renda familiar mensal baixíssima, dependência dos programas socioassistenciais, taxas de desemprego altas e escolaridade muito baixa. Ainda, é importante lembrar que a comida faz parte da bagagem, devido à dificuldade em conseguir quantidades suficientes para todos os membros, durante a migração.

**SUGESTÕES:**

- Durante o acolhimento, em especial em momentos de emergência e com novas chegadas, é desejável que o equipamento de referência possa fornecer, além da alimentação, itens básicos que garantam a qualidade de vida mínima, como itens de higiene.
- Indica-se fazer um diagnóstico dos itens de necessidade básica e contínua junto à comunidade, com o intuito de prever recursos para tal no plano de trabalho da entidade gestora do equipamento (higiene e limpeza, educação, saúde, alimentação, gás de cozinha etc.).
- Sugere-se a elaboração de cardápios semanais e, a partir deles, garantir o fornecimento dos itens alimentícios, observando a carga proteica necessária e de acordo com as preferências alimentares das comunidades, para evitar desperdícios, devidos às restrições alimentares étnicas.
- Na impossibilidade de fornecimento de alimento dentro dos contratos para a execução das parcerias, é importante ofertar programas socioassistenciais complementares para que os indígenas possam garantir sua autonomia alimentar plena, como compras de proteína animal (a exemplo, frango, proteína consumida cotidianamente na cultura Warao).
- É importante sensibilizar a população indígena Warao sobre a alimentação saudável em contexto urbano, para mitigar impactos na saúde advindos do consumo excessivo de açúcar, gorduras saturadas e alimentos industrializados.
- Aconselha-se ofertar oficinas e sessões informativas que garantam a sensibilização e informação necessária sobre o bom uso da água em ambientes urbanos, a coleta e seleção de lixo, bem como sobre os hábitos de higiene e limpeza pessoal e comunitários que garantem uma boa saúde de toda a comunidade.

## 7. Interculturalidade no atendimento em rede

**SITUAÇÃO POTENCIAL:** a dificuldade de adesão dos indígenas aos serviços de saúde, educação e outros, está presente em diversos contextos, devido às preferências de dada comunidade, sobre como tratar cada um destes temas, referenciadas em aspectos da cultura Warao.

**INFORMAÇÕES-CHAVE:** há diversos motivos pelos quais essa população pode não ter acesso a serviços públicos ou mostrar resistência no cadastro de novos dados e na adesão de alguns serviços públicos, como a falta de documentos ou por não saber falar português (OIM et al., 2023). Durante o processo migratório, os Warao têm precisado realizar diversos cadastros para sua regularização, além de vários outros procedimentos,

o que não é uma prática cotidiana em sua cultura. Isso pode gerar desgastes com as instituições competentes, inclusive sobre as expectativas criadas pela comunidade e os benefícios que eles possam receber efetivamente. Na educação, outro motivo para a dificuldade na adesão pode ser o fato de que as crianças e suas famílias podem não se sentir acolhidas no processo de matrícula e inserção escolar, dada a exigência de documentações e/ou a ausência de professores indígenas ou das próprias, para que possam acompanhar o processo em nome da comunidade, por exemplo. Na saúde, os indígenas costumam se consultar primeiro com seus médicos indígenas e xamãs, majoritariamente; dessas consultas, pode sair ou não a recomendação de acessar os cuidados na saúde biomédica, fluxos que estão relacionados à concepção indígena de cuidado com a saúde.

### SUGESTÕES:

- Recomenda-se elaborar procedimentos, cadastros e atualização de dados que contemplem explicações interculturais, sobre as especificidades do funcionamento desta ou aquela politica publica e seus respectivos fluxos e procedimentos.
- Em apoio à equipe encarregada desses processos, sugere-se a contratação de mediadores interculturais indígenas que estejam mais familiarizados com o português e/ou espanhol, para apoiar o atendimento e o acompanhamento de indígenas nos serviços ofertados na rede local.
- É recomendada a tradução de formulários e outros instrumentos para que possam auxiliar na compreensão da população atendida sobre os procedimentos e a necessidade da atualização de dados.
- Nos processos de atendimento nos serviços de saúde e educação, indica-se o respeito às orientações e a inclusão de médicos e educadores indigenas, que podem facilitar e apoiar no estabelecimento de estratégias para a condução exitosa do diálogo, entre a comunidade e as equipes técnicas de referência.

## 8. Proteção

**SITUAÇÃO POTENCIAL:** no processo migratório, as comunidades indígenas em mobilidade podem ter passado por diversas violências e necessidades (OIM et al., 2023). Dessa situações, podem surgir desconfianças e traumas, diante da violação de direitos e afetações causadas à integridade dos membros das comunidades.

**INFORMAÇÕES-CHAVE:** a realização de uma escuta qualificada da rede e a atenção às necessidades especiais de uma população em alta vulnerabilidade podem exigir a capacitação da equipe e da rede com a qual os indígenas estão em contato. Além disso, o processo de estabelecimento de vínculos com serviços de proteção, como o Conselho Tutelar (CT), hospitais ou Centros de Referência da Mulher (CRM), pode demandar uma abordagem intercultural sobre as diferenças culturais do que se entende por proteção, os marcos legais aplicáveis e a compreensão da comunidade indígena sobre seus direitos.

### SUGESTÕES:

- Recomenda-se realizar diagnósticos dos conhecimentos prévios que a comunidade possa ter sobre direitos e deveres, no âmbito geral.
- Aconselha-se formular metodologias de abordagem e aproximação com as comunidades indígenas, que respeitem suas formas de auto-organização, em parceria com especialistas da área e/ou responsáveis pelos órgãos competentes (CTs, CRMs, DPU etc.).
- Junto a especialistas da área e/ou responsáveis pelos órgãos competentes, indica-se articular formações para a equipe técnica e a comunidade indígena sobre os diversos marcos específicos direitos aplicáveis à proteção dessa população: crianças e adolescentes, direitos das mulheres e pessoas idosas, bem como procedimentos para a regularização documental.
- Em situações de alcoolismo ou drogadição, é importante realizar conversas particulares e direcionadas sobre temas como saúde mental e uso abusivo de substâncias psicoativas, dentro e fora dos espaços de acolhimento, conforme definições prévias em consultas às lideranças, realizadas pelas equipes técnicas de referência.

*Foto: 2023/Mano DE CARVALHO*

# c. Construção de autonomias

Em seus territórios de origem e em sua interação com a natureza, os povos indígenas e tradicionais constroem relações socioculturais, cosmológicas, econômicas, linguísticas e outros níveis de sociabilidade, que compõem em seu conjunto uma identidade étnica e seu patrimônio cultural. Fora de seus territórios de origem e de seu convívio, os indígenas em contexto urbano se deparam com novos hábitos e relações sociais, bem como com pessoas que pertencem a culturas diferentes. Neste processo de mobilidade, as estruturas de auto-organização e liderança podem ser afetadas diante de necessidades e prioridades diversas, seja pela falta de suprimentos básicos para a sobrevivência ou, até mesmo, disputas por melhores condições entre comunidades indígenas do mesmo grupo étnico e suas respectivas chefias.

É importante que os serviços socioassistenciais possam construir possibilidades de integração, que não sejam de assimilação cultural, respeitando as particularidades do povo indígena e fortalecendo sua organização comunitária, para que a longo prazo possam desenvolver maior autonomia, considerando que assistência social local (municipal ou estadual) pode encontrar diversos desafios para a manutenção dos serviços e programas socioassistenciais a longo prazo.

Assim, os próximos itens tentam indicar o **(1) respeito à auto-organização, (2) o acesso à informação qualificada e (3) a atuação em rede como estratégias para a construção de autonomia de indígenas migrantes** no processo de atendimento, planejamento e desenho de equipamentos para acolhimento institucional. Esses tópicos foram resultado da sistematização e padronização das experiências dos três estados responsáveis pelo presente material, feitos a partir dos diálogos elaborados com as comunidades Warao locais, apoiados nos anexos 1 e 2.

## Governança do equipamento de acolhimento

Serão tratados exemplos de gestão participativa, em locais onde o serviço pode ser ofertado.

**SITUAÇÃO POTENCIAL:** Posturas de tutelagem passam pelo desrespeito à organização das comunidades indígenas e a deslegitimação de suas respectivas lideranças, ao invés de incentivar a autonomia desde o início do contato, trabalhando junto às lideranças nas tomadas de decisão e evitando situações de conflito decorrentes da falta de consultas à comunidade.

**INFORMAÇÕES-CHAVE:** os indígenas Warao vêm de comunidades onde seus modelos tradicionais de organização vêm se reconfigurando com o passar do tempo, devido a fatores externos e durante a trajetória migratória. Ao chegar no Brasil e se restabelecer, sua organização se reconfigura e o desenho deste processo se materializa nas práticas próprias de alimentação, educação das crianças, cura e saúde, por exemplo.

**SUGESTÕES:**

- Como mencionado anteriormente, a organização da governança do equipamento pode se dar em diferentes formatos de gestão. Abaixo, são listados alguns exemplos e recomenda-se a adaptação, de acordo com os contextos locais.

**Exemplo:**

No caso das experiências das cidades nordestinas abordadas aqui, e com os detalhes que trataremos mais adiante, foram localizados 3 formatos possíveis:

**Cogestão permanente:** os indígenas e a equipe técnica estão inseridos no mesmo local de acolhimento, por *tempo indeterminado*.

**Cogestão temporária:** os indígenas e a equipe técnica estão inseridos no mesmo local de acolhimento, por um *determinado período*.

**Gestão autônoma:** os indígenas gerem o local de acolhimento, enquanto a equipe técnica de referência tem sua sede fora desse espaço.

- A definição das regras de convivência e regimentos do equipamento precisam incluir toda a comunidade, mulheres, homens, idosos, crianças e jovens. Idealmente, precisam ser processos participativos desde o início do desenho das regras até a definição dos acordos em si.
- Organização de fluxos e itinerários de atendimento precisam de uma comunicação intercultural, na medida em que as urgências devem ser gerenciadas dentro dos acordos feitos entre as lideranças e as equipes, bem como das condições de absorção das demandas da comunidade pela rede local de serviços.
- A autonomia alimentar para o cozimento dos próprios alimentos consumidos pelos indígenas é parte do respeito à organização cultural e ao papel da mulher na comunidade (pois é ela quem lidera esta organização, normalmente).

- É importante reconhecer o diálogo contínuo e o papel das assembleias cotidianas e periódicas na manutenção da boa convivência no equipamento e resolução de conflitos entre os próprios indígenas, junto ao líder designado para tal (chamado de monikata na língua Warao), bem como entre os indígenas e a equipe técnica.
- A manutenção do equipamento e a organização da distribuição de itens de primeira necessidade podem ser organizadas a partir da cogestão com a comunidade, por meio de comitês ou grupos de trabalho para temas como higiene e limpeza, alimentação, conflitos, educação, saúde, cultura, atividades comunitárias, entre outros, conforme necessidade do contexto.

## Fortalecimento comunitário e da rede local

Serão tratados exemplos de ações visando maior conhecimento da comunidade sobre seu entorno e seus direitos.

**SITUAÇÃO POTENCIAL:** as redes que recebem indígenas Warao nas cidades podem não ter o preparo e/ou experiência anterior com indígenas e/ou migrantes. Além disso, a isso se soma uma incompreensão sobre o funcionamento de serviços públicos por parte dos indígenas, por se dar de maneira diferente à Venezuela (neste caso). Isso pode causar conflitos entre ambas as partes, devido a informações técnicas imprecisas, e pode dificultar a comunicação intercultural e a garantia do acesso aos serviços disponíveis.

**INFORMAÇÕES-CHAVE:** a formação continuada para profissionais da rede socioassistencial e as comunidades indígenas é essencial e está prevista na regulamentação de diversos serviços públicos no Brasil. Ainda, ressalta-se que estes processos formativos, para e com as redes locais e os indígenas, devem ser contínuos e podem envolver temporalidades diferentes e processos concomitantes com ambas as partes. Também, orienta-se incluir os indígenas Warao, pois a maioria deles vêm de contextos de mobilidade diversos, onde podem não ter tido oportunidades de fazer parte das soluções formuladas e carecem de novos conhecimentos para acessar as alternativas disponíveis de inserção local e acesso a serviços.

**SUGESTÕES:**

- Construir mapas de georreferenciamento da rede de serviços e locais de interesse dos indígenas, para que a comunidade se localize indepedentemente.
- Realizar o referenciamento e apresentação das lideranças, junto à rede local de serviços.
- Promover formações para os indígenas, sobre direitos humanos, políticas públicas e serviços ofertados em contexto urbano, de acordo com a realidade local, em parceria com agências da Organização das Nações Unidas (ONU), universidades, organizações indigenistas e indianistas etc.
- Promover sensibilizações e capacitações sobre a migração, direitos humanos e interculturalidade para profissionais da rede de serviços, em parceria com agências da ONU, universidades, organizações indigenistas e indianistas etc.

## Planos de vida comunitários

Baseado nas experiências de consulta realizadas na Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte, este item trata do desenvolvimento de consultas visando a construção do planejamento de ações setoriais junto às comunidades, abordando assuntos como educação, promoção do etnodesenvolvimento, moradia e outros.

**SITUAÇÃO POTENCIAL:** Atualmente, a grande maioria das comunidades indígenas Warao carece de planos de vida definidos, diante das dificuldades em traçar planos de curto, médio e longo prazos. Por isso, alguns manifestam que continuarão em mobilidade (em direção a outras cidades) e outros expressam o desejo de se estabelecer definitivamente se tiverem acesso à terra (OIM et al., 2023), por exemplo.

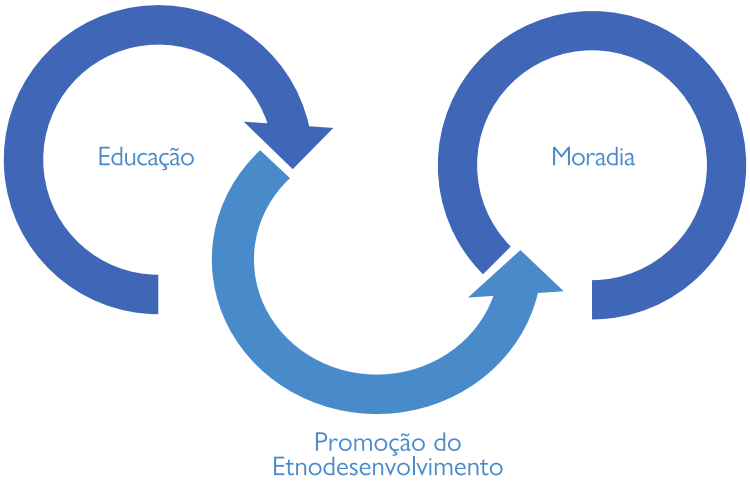
**INFORMAÇÕES-CHAVE:** O trabalho para os Warao é considerado yaota (Ya = dia e Ota = forte, duro). Uma interpretação intercultural dessa definição sugere que os Warao trabalham diariamente para viver um dia de cada vez. É por isso que as propostas que os indígenas costumam apresentar são voltadas para mitigar as necessidades mais imediatas. Para chegar a uma solução permanente, é preciso pensar em processos a curto e médio prazo, para que os indígenas entendam e discutam entre si o sentido de sua autonomia. Ao mesmo tempo, recomenda-se que as lideranças indígenas participem da tomada de decisão e responsabilização, para que elas sejam as intermediadoras culturais e conduzam o processo junto a suas respectivas comunidades.

**SUGESTÕES**:

- É importante explicar e reforçar aos indígenas, continuamente, que um equipamento de abrigamento, em contexto urbano, não é desenhado para funcionar permanentemente, pois os recursos são alocados para situações emergenciais de caráter mais imediato, para uma determinada população em situação de vulnerabilidade e por um determinado tempo.
- É importante também explicar que os processos de acesso a serviços ofertados e a articulação com diversas políticas sociais, que podem ser mobilizadas para melhor construir sua autonomia, levam seu tempo. Deve-se explicar, também, que o acolhimento é um apoio temporal, até que outros assuntos sejam resolvidos dentro do tempo acordado.
- Recomenda-se realizar e atualizar mapeamentos participativos, sobre o perfil escolar, profissional e os interesses da comunidade, visando a construção do Plano de Vida (ver anexo 1, com sugestão de metodologia para tal).
- Ao elaborar os Planos de Vida com cada comunidade, é necessário compreender escutas e construções independentes para cada universo de gênero (masculino e feminino), recorte de idade (crianças, jovens e idosos), pessoas com deficiência (PCDs) e comunidade LGBTIQA+.
- É importante construir com a comunidade o sentido de que estar acolhido temporariamente também inclui uma ideia, mesmo que temporariamente, de propiciar oportunidades, para que seus membros possam se preparar para a vida pós acolhimento.
- Recomenda-se, também, traçar parcerias nas áreas estratégicas com atores governamentais, agências da ONU, universidades públicas, OSCs, setor privado local, entre outros, para promover a materialização de planos de ação em diferentes frentes.
- No desenvolvimento dos Planos de Vida e para o fortalecimento sociocultural, deve-se considerar o caráter processual, consecutivo e contínuo das ações, com a oferta permanente com sessões informativas em vários temas e evocando a responsabilidade dos acordos feitos pela comunidade, junto às suas respectivas lideranças, para a consolidação da autonomia em cada fase do processo.
- É interessante fortalecer as formas de auto-organização, de acordo com o desejo da comunidade, junto a organizações indigenistas e indianistas, como a APOIME, APIB e outras que já estão em contato com diversas comunidades Warao pelo Brasil.

Planos de Vida podem contemplar as dimensões a seguir, entre outras, de acordo com as possibilidades locais e instituições engajadas no processo:

FIGURA 2. Dimensões potenciais para os Planos de Vida




Em cada uma dessas dimensões, observam-se alguns fatores cruciais nos quais se recomenda trabalhar:

## EDUCAÇÃO

- A inclusão em creches e inserção escolar das crianças e adolescentes na rede pública, com reforços escolares em contraturno, para apoiar na adaptação nos novos espaços escolares e com a língua portuguesa.
- A oferta complementar de creche comunitária dentro dos equipamentos de acolhimento, com possível contratação de pedagogos e profissionais Warao (especial potencial de atuação das mulheres nesse campo – culturalmente dedicadas ao cuidado dos filhos e ensino da língua warao).
- Atividades de preservação cultural e desenvolvimento de habilidades linguísticas, como a promoção do ensino de warao, espanhol, inglês e português.

Experiência em Brasília, no ensino de português culturalmente sensível, reproduzida nos materiais da OIM para *professores* e *alunos* Warao, com o apoio da Administração de São Sebastião, Cáritas Arquidiocesana de Brasília e professores especialistas da Universidade de Brasília (UnB).

- Revalidação de diploma e competências profissionais, junto a entidades educacionais, como instituições de ensino escolar, técnico e superior.
- Promoção do acesso à informação sobre cursos técnicos e superiores ofertados na cidade, de acordo com as aptidões dos membros da comunidade.
- Incentivo à alfabetização da população Warao, por meio da inclusão de jovens e adultos no sistema de Educação de Jovens e Adultos (EJA).

## PROMOÇÃO DO ETNODESENVOLVIMENTO

Em ações de intermediação de mão de obra, junto ao Sistema Nacional de Empregos (SINE).

Experiência do *Renova DF*, um programa de capacitação profissional e promoção de inserção no mercado laboral, gerida pela Secretaria do Trabalho (SETRAB) de Brasília

- Nas áreas potenciais de emprego que são do interesse para cada universo (OIM et al., 2023):

  *Feminino*: serviços de limpeza e manutenção.
  *Masculino*: carga e descarga, pesca, comércio e construção civil.

- Na promoção da formação profissional de curta duração e modular, de acordo com a oferta local, em cursos como: empreendedorismo, economia solidária, educação financeira, letramento digital, corte e costura, manicure e pedicure, beleza e corte de cabelo.
- No incentivo aos empreendimentos comunitários, por meio de doações de matéria prima, ferramentas e máquinas, bem como suporte para formação de plataformas virtuais de vendas, elaboração de catálogos e exposição do trabalho em espaços de visibilidade, junto a redes de escoamento dos produtos, para cada universo:

  *Feminino*: artesanato com miçangas e fibra de buriti; corte e costura; produção e venda de roupas, organizado por unidades produtivas de 6 ou 7 pessoas, ou divididas por núcleos familiares, ou por grupos segundo associação de interesse, construído de forma coletiva e através das demandas que os próprios Warao apresentem.
  *Masculino*: lavagem de carros, jardinagem, serviços de manutenção, produção e venda de produtos agrícolas (verduras e frutas) e aquícolas (peixes), organizado por unidades produtivas, procurando sempre a diversificação dos produtos e serviços que eles possam oferecer.

## MORADIA

- O acesso gradual aos programas eventuais socioassistenciais, voltados para o pagamento do aluguel, de acordo com a análise da comunidade, os valores de mercado e custo de vida.
- Integrar os programas de promoção a moradia definitiva aos serviços socioassistenciais, tendo em consideração o grau de vulnerabilidade dos indigenas em contexto urbano e aqueles não abrigados, devido à curta temporalidade dos benefícios socioassistenciais voltados para o pagamento de aluguel.
- Pesquisar e intercambiar conhecimentos adquiridos em outras experiências.

Experiência comunidade indígenas Warao e Ka'riña, na cidade de Cantá, no estado de Roraima, na aquisição de terras em área rural, denominada *Warao a janoko*.

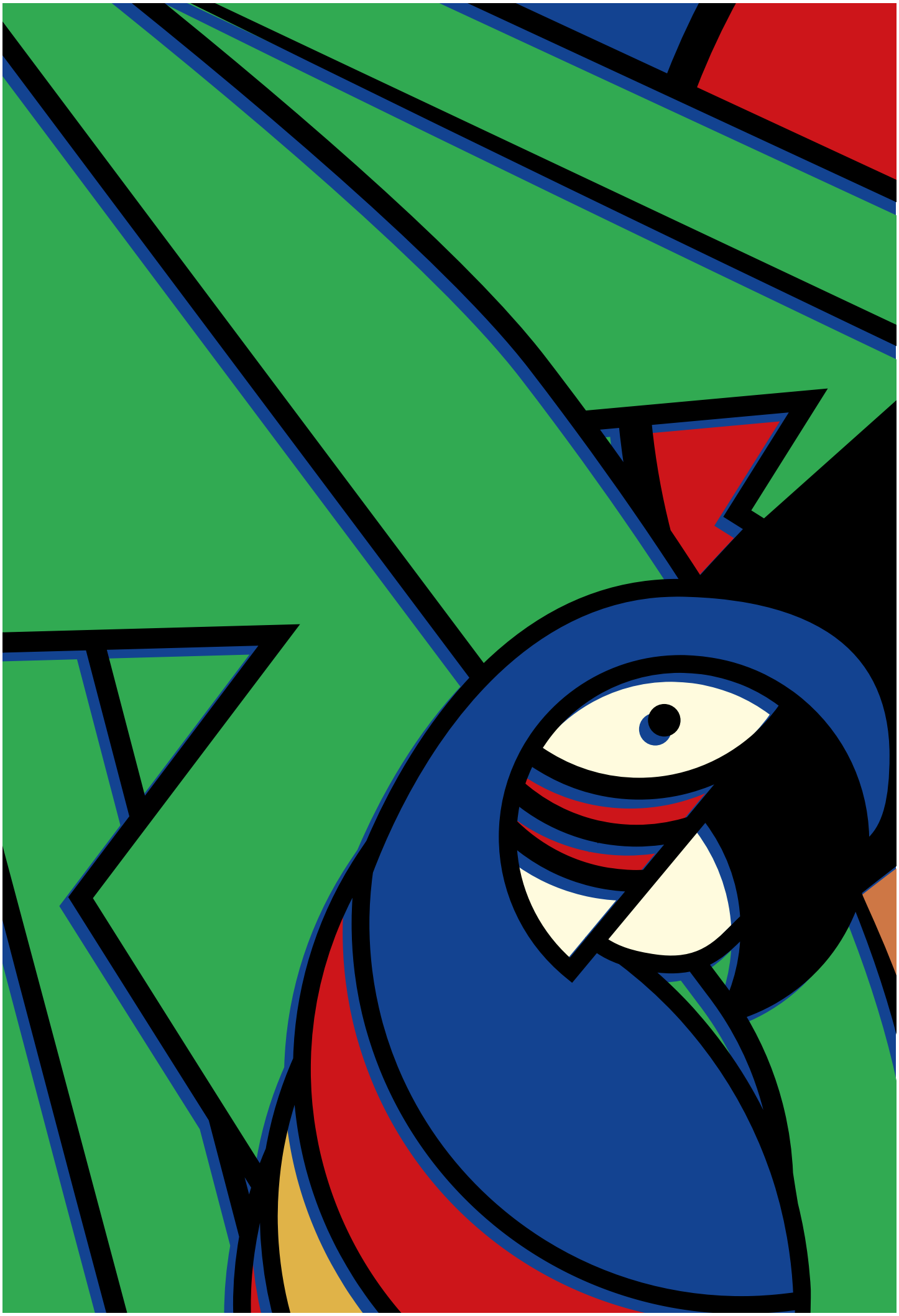


*Foto: 2023/Mano DE CARVALHO*

# III. EXPERIÊNCIAS DE ATENDIMENTO POSSÍVEIS

Nesta parte, serão listados seis modelos de estruturação de atendimento e acolhimento a indígenas Warao. Em relação aos formatos encontrados no Rio Grande do Norte, é preciso esclarecer que se tratou de uma atividade, liderada pelo poder público local, de diálogo com os indígenas, e dessas escutas, foi realizada uma sistematização dos diálogos realizados com cada comunidade e em cada cidade (Mossoró e Natal). No caso dos modelos de Paraíba e Pernambuco, foram sistematizadas informações referentes aos serviços de atendimento e acolhimento já existentes e ofertados à população Warao na época da construção desta publicação.

*Foto: 2023/Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social (SEMTAS) de Natal*

# a. Mossoró

A experiência a seguir trata do projeto de atendimento integral, idealizado pelos indígenas Warao que estavam em Mossoró, em consulta realizada em 27 de abril de 2023, incluindo o acolhimento e a construção de planos de vida da comunidade.

**NÚMERO DE FAMÍLIAS E PESSOAS**: 17 famílias.

**TEMPO DE ESTADIA TEMPORÁRIA SOLICITADO**: 5 – 6 anos.

**NOVAS CHEGADAS**: há previsão chegadas novas.

**SITUAÇÃO DE MORADIA NO MOMENTO DA CONSULTA**: espaço cedido e contexto de alta vulnerabilidade. Destacou-se a urgência de acolhimento temporário e transitório até o novo espaço estar pronto.

## Metodologia de trabalho para atendimento

### GESTÃO PARTICIPATIVA DO EQUIPAMENTO DE ACOLHIMENTO:

- Compartilhada com a equipe administrativa presente no local do equipamento nos primeiros dois anos.
- As lideranças começariam a gerir o espaço depois desse período inicial, com apoio externo da gestão do equipamento.
- Regimento e normas de convivência no equipamento a ser definidos com os Caciques (Aidamo), comunidade e equipe técnica após entrarem no equipamento.

- Junto às lideranças, realização de assembleias periódicas:
  – Às segundas-feiras, para organização das atividades planejadas para a semana.
  – Às sextas-feiras, para balanço e planejamento das atividades da semana seguinte.
  – Assembleia geral a cada 15 dias para discutir a situação geral do equipamento com os Caciques (Aidamo) e membros da comunidade.

- Organização de coordenações ou comitês de trabalho em temas como limpeza, emergências, educação, saúde, juventude, idosos, esporte, lazer e cultura, entre outros.

**NOVAS CHEGADAS:** organização de novas chegadas mediante aviso prévio da liderança à equipe do equipamento e governo local.

**ALIMENTAÇÃO:** preparação de alimentos feita pelas próprias mulheres do grupo, a partir do fornecimento de alimentos pela entidade gestora do projeto, durante o período de acolhimento.

**SAÚDE:** realização de sessões informativas para explicar procedimentos e apoiar no acompanhamento nos atendimentos em saúde mental, tratamentos de redução de danos para uso de substâncias psicoativas, vacinação, saúde dos idosos, prevenção de doenças (zoonoses como rubéola e covid-19) e saúde reprodutiva e sexual da mulher.

**TRABALHO EM REDE:** formações sobre direitos, acesso a serviços e/ou especificidades da população Warao, com a rede de educação, saúde  outros), comunidade de acolhida e outros serviços acessados.

## Estrutura física do acolhimento

**ÁREA DE DORMITÓRIOS:** um quarto para cada núcleo familiar, organizado com redes individuais (camas, em caso de adoecimentos) e armários para roupas.

**DORMITÓRIOS EXTRAS**: equipados como os demais cômodos e destinados para chegada espontânea de novas famílias.

**ESPAÇO RELIGIOSO:** em formato de salão, com cadeiras e mesas, com estruturas para organizar objetos sagrados.

**ESPAÇO MULTIUSO PARA ESPORTE E LAZER:** com quadra de futebol e vôlei, espaço para crianças brincarem entre os jogos da comunidade, equipado com rede de vôlei, bolas de futebol e vôlei, coletes e uniformes para divisão de times.

**ÁREA DE PLANTAÇÃO:** local destinado para produção de alimentos, para consumo próprio e venda de excedentes.

**ESPAÇO PARA SAÚDE:** em formato de salão, com equipamentos e itens básicos para primeiros socorros e atendimentos emergenciais.

**BANHEIROS:** 17 banheiros (vasos e duchas), separados por família.

**ESPAÇO DE LAVANDERIA:** de uso coletivo, com 17 máquinas de lavar (uma por família).

**COZINHA:** de uso coletivo, com 3 fogões industriais a gás, bem como geladeiras, liquidificadores e estantes divididas por famílias para reservarem seus itens de cozinha.

**COMEDORIA:** de uso coletivo, com mesas longas e cadeiras.

**ESPAÇO PARA TRABALHO:** de uso coletivo, equipado com mesas, cadeiras, máquinas de costura e estantes para organização de materiais por cada mulher participante das atividades de produção de artesanatos e produção de roupas.

**SALA MULTIUSO:** espaço para atividades comunitárias, formações, oficinas, sessões informativas e assembleias organizacionais e deliberativas, equipada com conexão de internet, computadores, TVs, quadro branco, quadro para calendários, mesas, cadeiras, estantes para organização de materiais, projetor, microfones e caixa de som.

**ÁREA DE COORDENAÇÃO DO EQUIPAMENTO:** de uso da equipe contratada, equipada com conexão de internet, computadores, quadro branco, quadro para calendários, mesas e cadeiras.

**TRANSPORTE E REFERENCIAMENTO DA REDE:** carro ou recursos destinados para a locomoção dos beneficiários para as atividades pactuadas periodicamente e atendimento na rede de serviços públicos.

FIGURA 3. Desenho do abrigamento desejado pela comunidade consultada em Mossoró

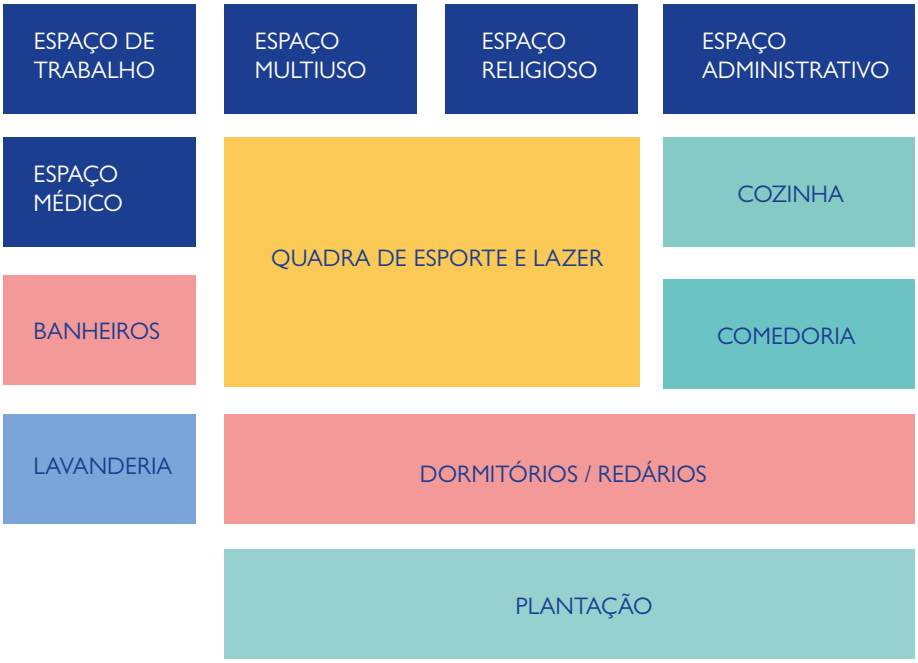



**Imagem ilustrativa, representando a disposição dos espaços desejados pela comunidade. A figura remete a uma organização horizontal e circular, que pode remeter aos padrões culturais originários de suas comunidades no Delta Amacuro.*

# Recursos humanos do acolhimento

TABELA 1. Quadro de profissionais desenhado pelos Warao de Mossoró

| Não indígena | Indígena |
|---|---|
| Coordenação do equipamento | Coordenação do equipamento |
| Assistentes administrativos não indígenas | |
| Assistentes sociais | Mediador cultural indígena – assistente de diálogo comunitário |
| Enfermeiro ou profissional da saúde | Mediador cultural indígena – Saúde |
| Assistentes pedagógicos | • Mediador cultural indígena – Educação<br>• Professores indígenas – acompanhamento na inserção escolar e ensino de Warao |
| Contratação de profissionais para apoio nas atividades de geração de renda, trabalho e educação financeira | Mediador cultural indígena – geração de renda, trabalho e educação financeira |

# Itens de manutenção para o acolhimento

**DORMITÓRIOS:** redes, roupas de cama e almofadas.

**ALIMENTAÇÃO:** leite em pó para as crianças e cestas básicas (incluindo proteínas como frango e/ou peixe), de acordo com as listagens levantadas com as lideranças e o número de pessoas por famílias, e fornecimento de gás.

**HIGIENE E LIMPEZA:** fraldas para as crianças; separado com itens para homens, mulheres e crianças (xampu, condicionador e desodorante); creme dental e escovas de dente para crianças e adultos; sabão em pó, água sanitária, desinfetante, vassouras, rodos, sabão em barra e sacos de lixo.

**SAÚDE:** medicamentos antitérmicos e analgésicos, kits de primeiros socorros e camas para pessoas doentes.

**EDUCAÇÃO:** materiais escolares para as crianças, de acordo com as necessidades da comunidade e solicitação das unidades escolares de referência, materiais didáticos, jogos didático-pedagógicos e uniformes para as crianças (saias para as meninas).

**ESTRUTURA DO EQUIPAMENTO:** Computadores, redes, lâmpadas, ventiladores, máquinas de lavar, fogões, geladeiras, TV, itens para cozinha (liquidificadores, pratos, copos, panelas, talheres), mesas e cadeiras.

# Planos de vida e atendimento em rede:

**PROMOÇÃO AO ETNODESENVOLVIMENTO:**

- Necessário levantamento de perfil escolar e profissional de pessoas aptas para empregos no mercado de trabalho local. Incluir atividades vocacionais e de promoção de inserção laboral no planejamento.
- Articulação com instituições indigenistas e indianistas para o fortalecimento comunitário, por exemplo a APOIME, que já tem contato local com os Warao.

## APOIO À ECONOMIA SOLIDÁRIA E EMPREENDEDORISMO:

- Doação de matéria prima e ferramentas para confecção de artesanatos (fibra de buriti, fios resistentes preto e branco, miçangas de diversas cores e tamanhos etc.) e moda Warao (tesouras, tecidos para roupas, fios resistentes preto e branco, tesoura, máquina de costurar, fita métrica e linhas etc.).
- Apoio nas vendas dentro e fora da cidade, propiciando a participação dos Warao em espaços existentes de exibição, venda e escoamento de produtos.
- Reserva de espaço no equipamento para plantação de alguns alimentos, de acordo com o perfil dos homens.

## EDUCAÇÃO:

- Matrículas de crianças e jovens, bem como de adultos analfabetos, nas unidades escolares de referência no entorno ao equipamento.
- Desenvolvimento de atividades de apoio escolar de contraturno e educação indígena dentro do equipamento.
- Ensino de português como língua de acolhimento.
- Ensino de warao para crianças e jovens.
- Ensino de espanhol.
- Cursos de curta duração: construção civil (pedreiro), pedicure/manicure, e serviços de limpeza doméstica profissional.
- Curso de bancarização e organização financeira/planejamento individual e familiar.
- Corte e costura: produção de roupas e doação de máquinas de costura.
- Curso de artesanato e vendas.
- Revalidação de diplomas: medicina e pedagogia.

## MORADIA:

- Realização de sessões informativas sobre formas de aluguel e compra de imóveis, de acordo com as especificidades da cidade.

Para mais informações sobre esta experiência, entrar em contato com a equipe técnica, por meio dos contatos abaixo:

Secretaria Municipal do Trabalho e Assistência Social:
Diretoria de Assessoria Técnica/Coordenação: Auricéa Xavier de Souza
E-mail: asstesemtas2021@gmail.com
Técnica de Referência: Ana Paula Mafra Campelo Lacerda Carneiro de Barros
E-mail: comiterefugiadossemtas@gmail.com

*Foto: 2023/Secretaria Municipal de Saúde (SMS) de Natal*

# b. Natal – Comunidade 1

A experiência a seguir trata do projeto de atendimento integral, idealizado por uma das comunidades indígenas Warao que estavam em Natal, em consulta realizada no dia 28 de Abril de 2023, incluindo o acolhimento e a construção de planos de vida.

**NÚMERO DE PESSOAS:** 26 pessoas.

**TEMPO DE ESTADIA TEMPORÁRIA SOLICITADO:** Não foi solicitada estadia temporária ao chegarem em Natal/RN, no ano de 2020.

**NOVAS CHEGADAS:** Até o término da revisão desta publicação, chegaram mais 3 famílias, e já foi repassada pelo Aidamo a previsão de novas famílias chegarem em Natal.

**SITUAÇÃO DE MORADIA NO MOMENTO DA CONSULTA:** os venezuelanos de etnia Warao, integrantes da Comunidade 1, no momento do diálogo realizado, estavam residindo no Centro de Acolhida e Referência para Refugiados, Apátridas e Migrantes (CARE/RN), destinado ao acolhimento temporário com privacidade, para refugiados, apátridas e migrantes que estão em situação de vulnerabilidade social. O acolhimento é gerido pelo Comitê Estadual Intersetorial de Atenção aos Refugiados, Apátridas e Migrantes do Rio Grande do Norte (CERAM/RN), pela Secretaria de Estado do Trabalho, da Habitação e da Assistência Social (SETHAS) e pela Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social (SEMTAS) de Natal, a partir da celebração de Termo de Cooperação

Técnica (ACT) entre esses órgãos. Nesta perspectiva, compete ao Governo do Estado, por meio da SETHAS, a cessão e manutenção do prédio, incluindo o fornecimento de água e energia, assim como a cessão de mobiliários e equipamentos necessários ao completo funcionamento do equipamento. Por sua vez, à Prefeitura de Natal, por meio da SEMTAS, compete fornecer semanalmente gêneros alimentícios, materiais de higiene e limpeza.

## Metodologia de trabalho para atendimento

### GESTÃO PARTICIPATIVA DO EQUIPAMENTO DE ACOLHIMENTO:

- Compartilhada, com a equipe administrativa presente no local do equipamento.
- Regimento e normas de convivência no equipamento a ser definidas com os Caciques (Aidamo), comunidade e equipe técnica após entrarem no equipamento.
- Junto às lideranças, realização de assembleias periódicas:
  – Às segundas-feiras, para organização das atividades planejadas para a semana.
  – Às sextas-feiras, para balanço e planejamento das atividades da semana seguinte.
  – Assembleia geral a cada 15 dias para discutir a situação geral do equipamento com os Caciques (Aidamo) e membros da comunidade.
- Organização de coordenações ou comitês de trabalho em temas como limpeza, emergências, educação, saúde, juventude, idosos, desporte, lazer e cultura, entre outros.

**NOVAS CHEGADAS:** organização de novas chegadas mediante aviso prévio da liderança à equipe do equipamento e governo local.

**ALIMENTAÇÃO:** preparação de alimentos feita pelas próprias mulheres do grupo, a partir do fornecimento de alimentos pela entidade gestora do projeto, durante o período de acolhimento.

**SAÚDE:** realização de sessões informativas para explicar procedimentos e apoiar no acompanhamento nos atendimentos em saúde mental, tratamentos de redução de danos para uso de substâncias psicoativas, vacinação, saúde dos idosos, prevenção de doenças (zoonoses como rubéola e covid-19) e saúde reprodutiva e sexual da mulher.

**TRABALHO EM REDE:** formações sobre direitos, acesso a serviços e/ou especificidades da população Warao, com a rede de educação, saúde (PSs, UBSs, CAPSs, outros), comunidade de acolhida e outros serviços acessados.

**GEORREFERENCIAMENTO:** elaboração participativa de mapas com os serviços e locais públicos de interesse dos indígenas, para facilitar a auto localização na cidade.

## Estrutura física do acolhimento

**ÁREA DE DORMITÓRIOS:** um quarto para cada núcleo familiar, organizado com redes individuais (camas, em caso de adoecimentos) e armários para roupas.

**DORMITÓRIOS EXTRAS:** equipados como os demais cômodos e destinados para chegada espontânea de novas famílias.

**ESPAÇO RELIGIOSO:** em formato de salão, com cadeiras e mesas, com estruturas para organizar objetos sagrados.

**ESPAÇO MULTIUSO PARA ESPORTE E LAZER:** com quadra de futebol e vôlei, espaço para crianças brincarem entre os jogos da comunidade, equipado com rede de vôlei, bolas de futebol e vôlei, coletes e uniformes para divisão de times.

**ÁREA DE PLANTAÇÃO:** local destinado para produção de alimentos e ervas medicinais, para consumo próprio e venda de excedentes.

**ÁREA DE PSICULTURA:** local destinado para psicultura, para consumo próprio e venda de excedentes.

**ESPAÇO PARA SAÚDE:** em formato de salão, com equipamentos e itens básicos para primeiros socorros e atendimentos emergenciais.

**BANHEIROS:** 20 para mulheres e 20 para homens separados por sexo (vasos e duchas).

**ESPAÇO DE LAVANDERIA:** de uso coletivo, com 10 máquinas de lavar.

**COZINHA:** de uso coletivo, com 10 fogões a gás, bem como geladeiras, liquidificadores e estantes divididas por famílias para reservarem seus itens de cozinha.

**COMEDORIA:** de uso coletivo, com mesas longas e cadeiras.

**ESPAÇO PARA TRABALHO:** de uso coletivo, equipado com mesas, cadeiras, máquinas de costura e estantes para organização de materiais por cada mulher participante das atividades de produção de artesanatos e produção de roupas.

**SALÃO MULTIUSO:** espaço para atividades comunitárias, formações, oficinas, sessões informativas e assembleias organizacionais e deliberativas, equipada com conexão de internet, computadores, TVs, quadro branco, quadro para calendários, mesas, cadeiras, estantes para organização de materiais, projetor, microfones e caixa de som.

**ÁREA DE COORDENAÇÃO DO EQUIPAMENTO:** de uso da equipe contratada, equipada com conexão de internet, computadores, quadro branco, quadro para calendários, mesas e cadeiras.

**TRANSPORTE E REFERENCIAMENTO DA REDE:** carro ou recursos destinados para a locomoção dos beneficiários dentro das atividades pactuadas periodicamente e atendimento na rede de serviços públicos.

FIGURA 4. Desenho do abrigamento desejado por uma das comunidades consultadas em Natal

**Imagem ilustrativa, representando a disposição dos espaços desejados pela comunidade. A figura remete a uma organização horizontal e circular, que pode remeter aos padrões culturais originários de suas comunidades no Delta Amacuro.*

## Recursos humanos do acolhimento

TABELA 2. Quadro de profissionais desenhado pelos Warao de uma das comunidades consultadas, em Natal

| Não indígena | Indígena |
|---|---|
| Coordenação do equipamento | Coordenação do equipamento |
| Assistentes administrativos não indígenas | |
| Assistentes sociais | Mediador cultural indígena – assistente de diálogo comunitário |
| Enfermeiro ou profissional da saúde | Mediador cultural indígena – Saúde |
| Assistentes pedagógicos | Mediador cultural indígena – Educação<br>Professores indígenas – acompanhamento na inserção escolar e ensino de warao. |

## Itens de manutenção do acolhimento

**DORMITÓRIOS:** redes, roupas de cama e almofadas.

**ALIMENTAÇÃO:** leite em pó para as crianças e cestas básicas (incluindo proteínas como frango ou peixe), de acordo com as listagens levantadas com as lideranças e o número de pessoas por famílias, e fornecimento de gás.

**HIGIENE E LIMPEZA:** fraldas para as crianças; separação de itens para homens, mulheres e crianças: xampu, condicionador e desodorante; creme dental e escovas de dente para crianças e adultos; sabão em pó, água sanitária, desinfetante, vassouras, rodos, sabão em barra e sacos de lixo.

**SAÚDE:** medicamentos antitérmicos e analgésicos, kits de primeiros socorros e camas para pessoas doentes.

**EDUCAÇÃO:** materiais escolares para as crianças, de acordo com as necessidades da comunidade e solicitação das unidades escolares de referência, materiais didáticos e jogos didático-pedagógicos.

**ESTRUTURA DO EQUIPAMENTO:** computadores, redes, lâmpadas, ventiladores, máquinas de lavar, fogões, geladeiras, TV, itens para cozinha (liquidificadores, pratos, copos, panelas, talheres), mesas e cadeiras.

## Planos de vida e atendimento em rede:

### PROMOÇÃO AO ETNODESENVOLVIMENTO:

- Necessário levantamento de perfil escolar e profissional de pessoas aptas para empregos no mercado de trabalho local.
- Incluir atividades vocacionais e de promoção de inserção laboral no planejamento.
- Realização de sessões informativas sobre formas de aluguel e compra de imóveis.
- Ensino de português como língua de acolhimento.
- Ensino de warao para crianças e jovens.
- Ensino de espanhol.
- Cursos de curta duração: construção civil (pedreiro), corte de cabelo e habilitação para dirigir carros (trabalhar como motorista).
- Curso de bancarização e organização financeira/planejamento individual e familiar.
- Corte e costura: produção de roupas e doação de máquinas de costura.
- Curso de artesanato e vendas.

### APOIO À ECONOMIA SOLIDÁRIA E EMPREENDEDORISMO:

- Doação de matéria prima e ferramentas para confecção de artesanatos e moda Warao.
- Reserva de espaço no equipamento para psicultura e plantação de açaí, macaxeira, melancia, mamão papaia, banana, entre outros, de acordo com o perfil dos homens.

### EDUCAÇÃO:

- Matrículas de crianças e jovens, bem como adultos analfabetos, nas unidades escolares de referência no entorno ao equipamento.
- Revalidação de diplomas em medicina e pedagogia.

Para mais informações sobre esta experiência, entrar em contato com a equipe técnica, por meio dos contatos abaixo:

Secretaria Municipal do Trabalho e Assistência Social:
Diretoria de Assessoria Técnica/Coordenação: Auricéa Xavier de Souza
E-mail: asstesemtas2021@gmail.com
Técnica de Referência: Ana Paula Mafra Campelo Lacerda Carneiro de Barros
E-mail: comiterefugiadossemtas@gmail.com

*Foto: 2023/OIM - Jennifer ALVAREZ*

# c. Natal – Comunidade 2

A experiência a seguir trata do projeto de atendimento integral, idealizado por uma das comunidades indígenas Warao que estavam em Natal, em consulta realizada em 28 de abril de 2023, incluindo o acolhimento e a construção de planos de vida.

**NÚMERO DE FAMÍLIAS E PESSOAS:** 6 famílias, 17 pessoas.

**TEMPO DE ESTADIA TEMPORÁRIA SOLICITADO:** Não foi solicitada estadia temporária ao chegarem em Natal, no ano de 2020.

**NOVAS CHEGADAS:** previsão de chegada de mais 3 famílias.

**SITUAÇÃO DE MORADIA NO MOMENTO DA CONSULTA:** casas alugadas e contexto de vulnerabilidade. Destacou-se a urgência de acolhimento temporário e transitório até o novo espaço estar pronto.

## Metodologia de trabalho para atendimento

### GESTÃO PARTICIPATIVA DO EQUIPAMENTO DE ACOLHIMENTO:

- Equipamento administrado e coordenado pelas próprias lideranças, de acordo com sua forma de auto-organização comunitária.
- Equipe administrativa fora do equipamento, apoiando a articulação da rede local, gestão de casos de saúde e educação, bem como a gestão da manutenção de itens de alimentação, higiene e limpeza.

- Regimento e definição de normas de convivência no equipamento a ser definidas com os Caciques (Aidamo), comunidade e equipe técnica após entrarem no equipamento.
- Junto às lideranças, realização de assembleias periódicas:

  – Às segundas-feiras, para organização das atividades planejadas para a semana.
  – Às sextas-feiras, para balanço e planejamento das atividades da semana seguinte.
  – Assembleia geral a cada 15 dias para discutir a situação geral do equipamento com os Caciques (Aidamo) e membros da comunidade.

- Organização de coordenações ou comitês de trabalho em temas como limpeza, entre outros.

**NOVAS CHEGADAS:** organização de novas chegadas mediante aviso prévio da liderança à equipe do equipamento e governo local.

**ALIMENTAÇÃO:** preparação de alimentos feita pelas próprias mulheres do grupo, a partir do fornecimento de alimentos pela entidade gestora do projeto, durante o período de acolhimento.

**SAÚDE:** realização de sessões informativas para explicar procedimentos e apoiar no acompanhamento nos atendimentos em saúde mental, tratamentos de redução de danos para uso de substâncias psicoativas, vacinação, saúde dos idosos, prevenção de doenças (zoonoses como rubéola e covid-19) e saúde reprodutiva e sexual da mulher.

**TRABALHO EM REDE:** formações sobre direitos, acesso a serviços e/ou especificidades da população Warao, com a rede de educação, saúde (PSs, UBSs, CAPSs, outros), comunidade de acolhida e outros serviços acessados.

## Estrutura física do acolhimento

**ÁREA DE DORMITÓRIOS:** um quarto para cada núcleo familiar, organizado com redes individuais (camas, em caso de adoecimentos) e armários para roupas.

**DORMITÓRIOS EXTRAS:** equipados como os demais cômodos e destinados para chegada espontânea de novas famílias.

**ESPAÇO RELIGIOSO:** em formato de salão, com cadeiras e mesas, com estruturas para organizar objetos sagrados.

**ESPAÇO MULTIUSO PARA ESPORTE E LAZER:** com quadra de futebol e vôlei, com espaço para crianças brincarem entre os jogos da comunidade, equipado com rede de vôlei, bolas de futebol e vôlei, coletes e uniformes para divisão de times.

**BANHEIROS:** separados por sexo (vasos e duchas).

**ESPAÇO DE LAVANDERIA:** de uso coletivo, com 6 máquinas de lavar.

**COZINHA:** de uso coletivo, com 10 fogões a gás, bem como geladeiras, 6 liquidificadores e estantes divididas por famílias para reservarem seus itens de cozinha.

**ESPAÇO MULTIUSO DE USO COLETIVO:** equipado com conexão de internet, computadores, TVs, quadro branco, quadro para calendários, mesas, cadeiras, estantes para organização de materiais, projetor, microfones, caixa de som e estantes para organização de materiais por cada mulher participante das atividades de produção de artesanatos.

- Para mulheres desenvolverem seus trabalhos de artesanato.
- Para atividades comunitárias, formações, oficinas, sessões informativas e assembleias organizacionais e deliberativas.

**TRANSPORTE E REFERENCIAMENTO DA REDE:** carro ou recursos destinados para a locomoção dos beneficiários dentro das atividades pactuadas periodicamente e atendimento na rede de serviços públicos.

FIGURA 5. Desenho do abrigamento desejado por uma das comunidades consultadas em Natal

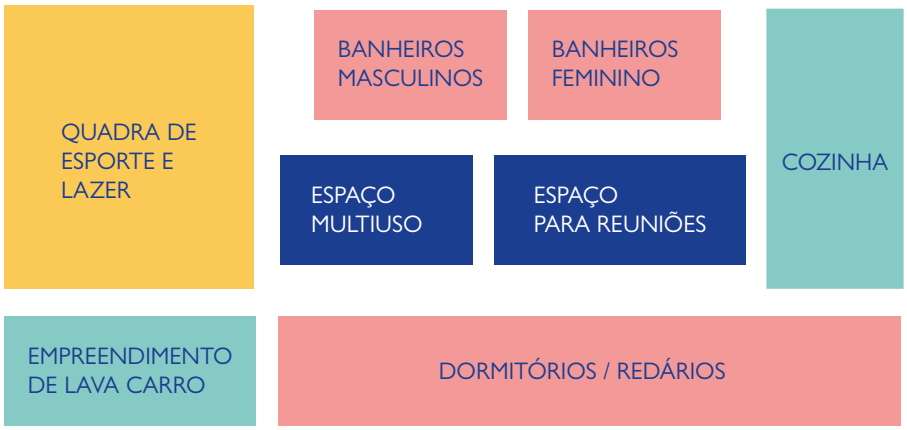



**Imagem ilustrativa, representando a disposição dos espaços desejados pela comunidade. A figura mostra uma organização horizontal e circular, que pode remeter aos padrões culturais originários de suas comunidades no Delta Amacuro.*

## Recursos humanos do acolhimento

TABELA 3. Quadro de profissionais desenhado pelos Warao de uma das comunidades consultadas, em Natal

| Não indígena | Indígena |
|---|---|
| Coordenação do equipamento | Coordenação do equipamento |
| Assistentes administrativos não indígenas | |
| Assistentes sociais (apoio para acesso e referenciamento aos serviços e programas socioassistenciais, bem como acesso a informações sobre moradia) | Mediador cultural indígena – assistente de diálogo comunitário |
| Enfermeiro ou profissional da saúde | Mediador cultural indígena – Saúde |
| Assistentes pedagógicos | Mediador cultural indígena – Educação<br>Professores indígenas – acompanhamento na inserção escolar e ensino de warao. |

## Itens de manutenção do acolhimento

**DORMITÓRIOS:** redes, roupas de cama e almofadas.

**ALIMENTAÇÃO:** leite em pó para as crianças e cestas básicas (incluindo proteínas como frango ou peixe, bem como reforço em itens de consumo volumoso pela comunidade, como óleo, farinha de trigo, arroz e macarrão), de acordo com as listagens levantadas com as lideranças e o número de pessoas por famílias, e fornecimento de gás.

**HIGIENE E LIMPEZA:** fraldas para as crianças; separação de itens para homens, mulheres e crianças (xampu, condicionador e desodorante); creme dental e escovas de dente para crianças e adultos; luvas, sabão em pó, água sanitária, desinfetante, vassouras, rodos, sabão em barra e sacos de lixo.

**SAÚDE:** medicamentos antitérmicos e analgésicos, kits de primeiros socorros e camas para pessoas doentes.

**EDUCAÇÃO:** materiais escolares para as crianças, de acordo com as necessidades da comunidade e solicitação das unidades escolares de referência, materiais didáticos e jogos didático-pedagógicos.

**ESTRUTURA DO EQUIPAMENTO:** computadores, redes, lâmpadas, ventiladores, máquinas de lavar, fogões, geladeiras, TV, itens para cozinha (liquidificadores, pratos, copos, panelas, talheres), mesas e cadeiras.

## Planos de vida e atendimento em rede:

**PROMOÇÃO AO ETNODESENVOLVIMENTO:**

- Necessário levantamento de perfil escolar e profissional de pessoas aptas para empregos no mercado de trabalho local.
- Incluir atividades vocacionais e de promoção de inserção laboral no planejamento.
- Ensino de português como língua de acolhimento.
- Ensino de warao para crianças e jovens.
- Ensino de espanhol.
- Curso de bancarização e organização financeira/planejamento individual e familiar.
- Curso de artesanato e vendas.

**APOIO À ECONOMIA SOLIDÁRIA E EMPREENDEDORISMO:** doação de matéria prima e ferramentas para confecção de artesanatos Warao.

**EDUCAÇÃO:** matrículas de crianças e jovens, bem como adultos analfabetos, nas unidades escolares de referência no entorno ao equipamento.

**MORADIA:** realização de sessões informativas sobre formas de aluguel e compra de imóveis, de acordo com as especificidades da cidade.

Para mais informações sobre esta experiência, entrar em contato com a equipe técnica, por meio dos contatos abaixo:

Secretaria Municipal do Trabalho e Assistência Social:
Diretoria de Assessoria Técnica/Coordenação: Auricéa Xavier de Souza
E-mail: asstesemtas2021@gmail.com
Técnica de Referência: Ana Paula Mafra Campelo Lacerda Carneiro de Barros
E-mail: comiterefugiadossemtas@gmail.com

*Foto: 2022/Secretaria de Desenvolvimento Humano (SEDH) do Governo da Paraíba*

# d. João Pessoa (PB)

A experiência a seguir trata do projeto de atendimento integral, coordenado pelo Governo Estadual da Paraíba, denominado Conjuntura Emergencial à Proteção Comunitária e Busca por Autonomia: A implementação do Serviço no Centro Estadual de Referência Centro Estadual de Referência de Migrantes e Refugiados e Fortalecimento das Articulações Intersetoriais no Estado da Paraíba para o Atendimento aos Indígenas Refugiados e Migrantes da Etnia Warao".

**NÚMERO DE FAMÍLIAS E PESSOAS:** 90 famílias e 380 pessoas.

**TEMPO DE ESTADIA TEMPORÁRIA SOLICITADO**: 4 anos.

**NOVAS CHEGADAS:** previsão da chegada de 20 novas pessoas à cidade.

**SITUAÇÃO DE MORADIA NO MOMENTO DA CONSULTA:** Atualmente são 7 unidades de abrigamento, somado ao atendimento às famílias Warao que não se encontram abrigadas, mas que residem no município de João Pessoa, concentradas em dois bairros, nas chamadas "Vila do Lula" e "Vila do Ernani Sátiro" – em imóveis locados pela própria comunidade Warao. Desde do ano de 2020, a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Humano (SEDH) articulou um convênio junto ao Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza (FUNCEP). E, a partir dele, firmou uma parceria com a Articulação no Semiárido Brasileiro (ASA), para execução direta da distribuição de itens alimentícios e produtos de higiene.

# Metodologia de trabalho para atendimento

## GESTÃO PARTICIPATIVA DO EQUIPAMENTO:

- Equipamentos de acolhimento administrado e coordenado pelas próprias lideranças, de acordo com sua forma de auto-organização comunitária.
- Em agosto de 2022, por meio de Plano de Ação, elaborado pela SEDH e pactuado com o Ministério do Desenvolvimento Social, particularmente pela Gerência Executiva de Direitos Humanos (GEDH), foi formada uma equipe de trabalho multiprofissional, vinculada à implementação do Centro Estadual de Referência do Migrante e do Refugiado (CERMIR), para estar presentes no dia a dia dos equipamentos de abrigamento onde estão acolhidos os Warao, na cidade de João Pessoa. O CERMIR é um serviço estadual de recepção e triagem dos casos, para encaminhamento à rede de proteção de cada território, na Paraíba. Tal equipe específica tem como escopo a atuação direta, junto aos indígenas Warao, alicerçada na construção de oficinas e acordos de convivência, para organização e manutenção dos espaços de abrigamento, locais de residência. A organização da sociedade civil vínculada ao convênio com a SEDH disponibiliza materiais de higiene e limpeza, periodicamente. Também, a equipe multidisciplinar do Centro de Referência Estadual de Migrantes e Refugiados realiza acordos para a operacionalização de processos comunitários dentro desses espaços, considerando as especificidades étnicas e o apoio em contextos urbanos, visto que são povos originários de ambientes ribeirinhos do norte da Venezuela.
- Ainda em fase de implementação, o CEMIR já possui uma sede com salas de atendimento psicológico, social individual e em grupo, sala de reunião, área aberta e fechada para a realização de atividades. Conta com uma equipe multidisciplinar que realiza visitas e oficinas semanais nos espaços de abrigamento e nas vilas, além de reuniões com os intermediadores culturais, caciques e toda a comunidade (crianças, adolescentes, jovens, mulheres e pessoas idosas), fortalecendo a autonomia e participação nos espaços, a fim de criar mecanismos de acesso a direitos e do exercício de cidadania dentro da rede intersetorial local.
- A participação e o engajamento da comunidade na gestão do espaço e nas diversas atividades sociais, para o fortalecimento da autonomia e da cidadania, acontecem por meio de acordos de convivência específicos, em cada uma das unidades. Essas ações são eleitas em assembleia, por cada unidade de abrigamento, através das lideranças designadas por cada comunidade.
- Esses representantes comunitários são responsáveis também pela manutenção dos espaços e organização dos grupos de trabalho definidos em cada espaço. Para tal, foram contratados indígenas Warao para atuarem junto à equipe multidisciplinar, como intermediadores culturais. Com isso, também fomenta-se a participação Warao em reuniões da rede intersetorial, como forma de garantir a participação ativa e integral das comunidades nos espaços de debate e controle social.

**NOVAS CHEGADAS:** as novas chegadas são informadas pelos intermediadores culturais e caciques à equipe multiprofissiona do CERMIR. As novas famílias passam por atendimento técnico, no qual são coletadas informações para um melhor acompanhamento e referenciamento à rede intersetorial e ao poder público municipal, mapeando assim, chegadas e saídas do fluxo migratório local do Warao no município, de forma organizada e coordenada. No entanto, ainda é um grande desafio o movimento de chegadas, devido a sua natureza abrupta e repentina. abrupto e repentino.

**ALIMENTAÇÃO:** a distribuição dos alimentos é semanal, organizada de acordo com as configurações familiares, incluindo a composição específica de famílias extensas de cada espaço. Essa organização foi realizada a partir de um estudo técnico, desenvolvido pela Diretoria de Assistência Social e Segurança Alimentar (DASSAN/SEDH), para contemplar as diferenças nutricionais de acordo com número de pessoas, faixa etária e necessidades nutricionais de cada núcleo familiar. Assim, a entidade conveniada é responsável pela qualificação e operacionalização da carga nutricional, para garantir a segurança alimentar do público atendido em questão, ainda em estágio de implementação.

**SAÚDE:** a equipe é formada por técnicos específicos da área de saúde, como técnicos e auxiliares de enfermagem, em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde. Esses profissionais passam por um processo formativo permanente, para o preparo no atendimento às especificidades étnico-culturais dos Warao. Realizam, também, reuniões de alinhamento regulares entre as equipes para atuarem de forma sistemática, além de visitarem os espaços de atendimento junto com representantes das comunidades a fim de fortalecer a adesão ao serviços da Rede. Este trabalho interdisciplinar é importante porque a saúde indígena tem particularidades étnicas e culturais fundadas na cosmologia Warao, como, por exemplo, ao que diz respeito aos processos de saúde/doença para essa comunidade.

**TRABALHO EM REDE:** dentro das articulações referentes às políticas públicas setoriais, como saúde e educação, destacam-se a parceria e atuação das Secretarias Estadual e Municipal de Saúde e Educação, na construção de um fluxo específico para atendimento dos Warao. O CERMIR dispõe de equipe técnica para atendimento das demandas e articulação de ações de enfrentamento das violações de direitos humanos e promoção dos direitos da população migrante, na Paraíba. As famílias são referenciadas para os Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), conforme a territorialização de cada serviço. Além disso, as famílias atendidadas são encaminhadas para o acompanhamento do PAIF, do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) e, também, para a solicitação de benefícios eventuais. Por fim, cabe destacar que o Centro de Referência Estadual da Igualdade Racial "João Balula" igualmente estabeleceu serviço para recebimento e atendimento à população migrante e refugiada, para denúncia e acompanhamento nos casos de xenofobia, por meio da Portaria nº 001/2022, publicada no Diário Oficial do Estado da Paraíba..

## Estrutura física do atendimento e acolhimento

**ÁREA DE DORMITÓRIOS**: um quarto para cada núcleo familiar, organizado com redes individuais e alguns com camas.

**DORMITÓRIOS EXTRAS:** não há.

**ESPAÇO RELIGIOSO:** Alguns abrigos possuem áreas comunitárias, que se destinam às práticas religiosas e/ou espirituais.

**ESPAÇO MULTIUSO PARA ESPORTE E LAZER:** não há; por outro lado, são usufruídos espaços públicos, como praças e ginásios no entorno.

**BANHEIROS:** em alguns abrigos, cada dormitório possui um banheiro; e, em outros, há banheiros de uso comunitário.

**ESPAÇO DE LAVANDERIA:** cada abrigo possui uma área de lavanderia de uso comunitário.

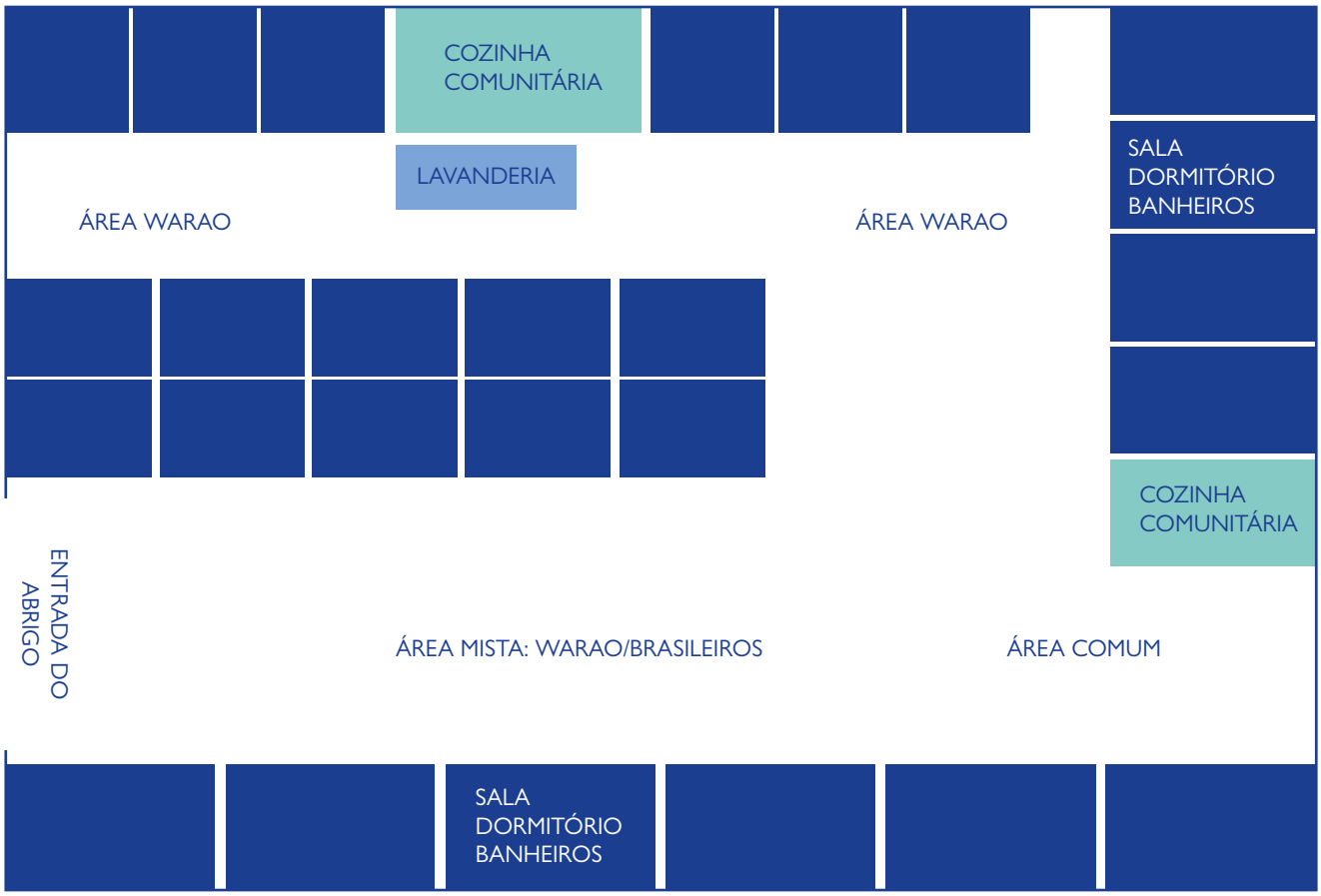
**COZINHA:** todos os abrigos possuem uma cozinha de uso comunitário.

**ESPAÇO MULTIUSO DE USO COLETIVO:** Apenas um abrigo possui uma área específica deste tipo.

**TRANSPORTE E REFERENCIAMENTO DA REDE:** carro ou recursos destinados para a locomoção dos beneficiários são organizados a partir das atividades pactuadas periodicamente, como o atendimento na rede de serviços públicos.

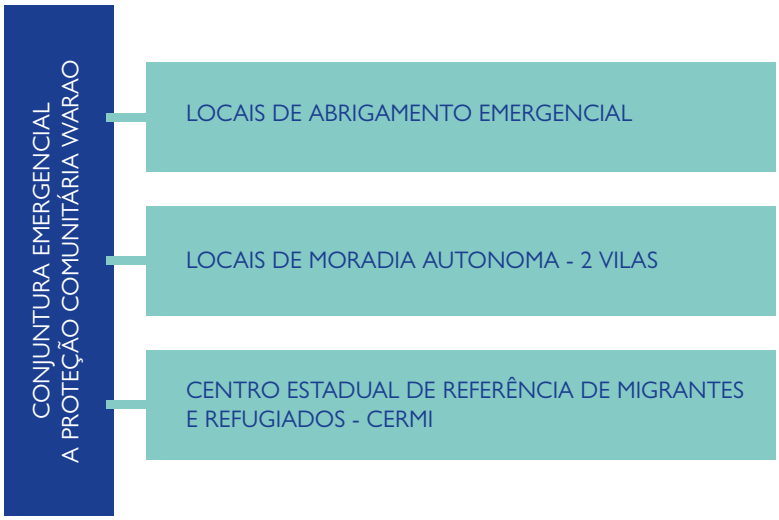
FIGURA 6. Estrutura do abrigo para Warao, em João Pessoa

FIGURA 7. Estrutura da vila de casas (Vila do Lula)




*Legenda: Cada casa (kitnet) possui uma sala, 2 quartos e um banheiro. Duas casas são alugadas para cozinha comunitária. A única área mista (família warao/brasileiros) é o corredor principal de acesso as casas.*

FIGURA 8. Estrutura da vinculação dos serviços locais, em João Pessoa




Recursos humanos do atendimento e acolhimento

TABELA 4. Quadro de profissionais dos serviços disponíveis, em João Pessoa

| Não indígena | Indígena |
|---|---|
| Coordenador de nível superior | 04 Intermediadores culturais |
| 03 Assistentes Sociais | |
| 01 Psicóloga Social | |
| 08 Educadores Sociais | |
| 01 Tradutora | |
| 02 Motoristas | |

## Itens de manutenção do acolhimento

**DORMITÓRIOS:** todos possuem redes e alguns quartos contém camas.

**ALIMENTAÇÃO:** na Paraíba, os alimentos não-cozidos são distribuídos às comunidades, durante o período de acolhimento, diferentemente de outras localidades brasileiras, nas quais a distribuição da alimentação nos abrigos é geralmente realizada através de marmitas já preparadas. Esta é uma estratégia de valorização étnica-cultural, considerando, igualmente, a necessidade de uma melhor negociação em relação aos produtos que melhor atendem às necessidades identitárias e a substituição de itens quando indicado pelas comunidades, para o autogerenciamento, organização e preparo das refeições. Assim, promovem-se o fortalecimento comunitário e consolidação dos vínculos, tão caros para indígenas em situação migratória.

**HIGIENE E LIMPEZA:** os itens de higiene e limpeza são divididos por núcleos familiares e entregues pela entidade conveniada nos abrigos, semanalmente. Os educadores sociais executam oficinas educacionais e rodas de diálogos com todas as famílias, sempre revisitando os acordos de convivência e uma melhor gestão e manutenção do ambiente.

**SAÚDE:** a equipe de saúde realiza visitas e acompanhamentos sistemáticos nos abrigos e nas unidades de saúde e hospitalares, além do fornecimento de algumas medicações, por meio da entidade conveniada e cronograma mensal de ações nos espaços de abrigamento e vilas.

**EDUCAÇÃO:** Um ônibus passa nos espaços de abrigamento para buscar e deixar as crianças e adolescentes inseridas no ensino regular. Os pais das crianças inseridas no Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI) são os responsáveis por levar e buscar as crianças com idade entre 2 e 5 anos. A equipe do CERMIR mantém um contato permanente com o corpo técnico da Educação, realizando cronogramas de reuniões, ações, atividades e acesso aos espaços educacionais para conhecer e facilitar a compreensão da comunidade.

**ESTRUTURA DO EQUIPAMENTO:** os abrigos possuem, de modo geral, redes, lâmpadas, ventiladores, máquinas de lavar, fogões, geladeiras, TV, itens para cozinha.

## Planos de vida e atendimento em rede:

### PROMOÇÃO AO ETNODESENVOLVIMENTO:

- A participação da população beneficiária no serviço e as formas de atendimento são estabelecidas de modo a acompanhar as especificidades da comunidade. Os serviços continuados buscam realizar diagnósticos, sistematização, encaminhamentos e monitoramento das demandas, junto à rede socioassistencial.
- Busca-se no cotidiano estabelecer planos de convívio e estratégias de mediação de conflitos. Através de oficinas, encontros e reuniões junto à comunidade, busca-se estabelecer uma escuta ativa e sensível das sugestões dos indígenas, bem como, pactuar com a rede as melhores formas de atendimento e as ações a serem desenvolvidas. Por exemplo, as orientações individuais e apoio na construção de projetos coletivos, o encaminhamento aos programas de profissionalização e inserção no mercado de trabalho, objetivando o alcance da autonomia da comunidade indígena Warao, são processos vislumbrados permanentemente.
- O monitoramento das atividades é feito pela Gerência Executiva de Direitos Humanos da SEDH, conjuntamente com a equipe multidisciplinar em atuação, que produz relatórios mensais sobre a comunidade Warao, residente em João Pessoa.
- De maneira geral, as barreiras linguísticas e culturais se apresentam enquanto desafio imperativo, sendo imprescindível o trabalho conjunto com tradutores (espanhol/português/warao). Para além da tradução linguística, é necessária uma intermediação cultural, para favorecer a criação de vínculos entre equipe e os Warao.
- A construção dos acordos de convivência, por meio de uma dinâmica comunitária e participativa, é fundamental no processo de estabelecimento de uma vivência pacífica entre os moradores e equipe de atendimento. A realização de atividades rotineiras e formação de comissões específicas de atuação favorecem a construção de saberes conjuntos, que também são necessários. É indispensável que os processos emergenciais e de longo prazo, realizados em rede e com diferentes parceiros, bem como com a comunidade beneficiária.

## Apoio à economia solidária e empreendedorismo:

A SEDH estabeleceu parceria com a Organização da sociedade civil conveniada e a Universidade Federal da Paraíba (UFPB), para o projeto de artesanato "Tecendo Saberes" / "Naruwarao" com as comunidades indígenas.

**EDUCAÇÃO:** a Secretaria Municipal de Educação de João Pessoa é responsável pela inclusão e garantia de matrícula na rede pública de ensino das crianças, dos adolescentes e dos adultos. A escola de referência realiza reuniões periódicas com todas as famílias e a rede intersetorial, buscando estratégias para um acompanhamento

mais coordenado e contínuo. Atualmente a maioria das crianças e adolescentes com idade entre 6 anos e 15 anos estão inseridos no ensino regular. Atualmente, há 23 crianças matriculadas nos Centros Municipais de Educação Infantil (CMEI), embora ainda haja desafios em relação a sua inserção e permanência no ambiente escolar, principalmente pelas interlocuções de complexidade étnica junto à cosmologia Warao.

**MORADIA:** a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SEDES), da Prefeitura Municipal de João Pessoa, promove o acesso restrito e minizado aos programas eventuais socioassistenciais voltados para o pagamento do aluguel, através da concessão do auxílio moradia, de acordo com a análise das comunidades, os valores de mercado e custo de vida locais.

No momento, a equipe busca compreender novas experiências e intercambiar conhecimentos adquiridos com equipes de outras partes do país, para melhor orientar o planejamento nos processos de desabrigamento.

Para mais informações sobre esta experiência, entrar em contato com a equipe técnica, por meio dos contatos abaixo:

Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano
Gerência Executiva de Direitos Humanos
E-mail: direitoshumanos.sedh@gmail.com
Telefone: 83 3133-4085

*Foto: 2023/Thaís LIMA*

# e. Campina Grande

A experiência a seguir trata do projeto de atendimento integral, coordenado pela Prefeitura Municipal de Campina Grande, na Paraíba.

**NÚMERO DE FAMÍLIAS E PESSOAS:** 26 famílias e 93 pessoas já foram atendidas desde a abertura do serviço, atualmente há 5 famílias e 19 pessoas.

**TEMPO DE ESTADIA TEMPORÁRIA SOLICITADO:** 4 anos, sem previsão de término.

**NOVAS CHEGADAS:** previsão de novas chegadas nos próximos meses, sem previsão de número de pessoas (fluxo espontâneo).

**CONTEXTO DE MORADIA NO MOMENTO DA CONSULTA:** os Warao chegaram à Campina Grande em dezembro de 2019, de forma espontânea. Em todas as abordagens feitas pelos profissionais da Assistência Social, os indígenas alegavam ter residência em outras cidades e estariam em Campina Grande (PB) para praticar a "coleta", sem intenção de fixar residência no município. Em março de 2020, a Prefeitura Municipal de Campina

Grande inicia uma acolhida humanitária, nos moldes da Recomendação Conjunta DRDH-DPU-PB Nº 02/2020. Naquele momento, o grupo presente na cidade manifestou, por meio de seus interlocutores, que desejavam permanecer juntos em uma mesma moradia. Em virtude disso, foi necessário pensar em um local que contemplasse esse anseio.

## Metodologia de trabalho para atendimento

**CONTEXTO:** Inicialmente, o processo de acolhida iniciado em fevereiro de 2020 esteve focado na garantia de acesso às necessidades básicas e essenciais (moradia, alimentação, vestimentas, atenção em saúde), identificação de casos de proteção e referenciamento a serviços públicos. Durante a pandemia da COVID-19, foram vivenciados vários obstáculos no atendimento e acolhimento dessa população. Além das barreiras culturais e linguísticas, ainda havia alto risco de contaminação, além de restrição do funcionamento dos serviços públicos importantes ao trabalho: Creches, Escolas, CRAS, Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos e Centro de Convivência do Idoso.

**GESTÃO PARTICIPATIVA DO EQUIPAMENTO:** foi realizado em maio de 2020, junto aos Warao, levantamento socioeconômico, observação participante, análise documental, escuta individual, para organizar os encaminhamentos e orientações diversas. Foi realizado o cadastro no Prontuário SUAS, bem como foi dado início aos encaminhamentos, sobretudo no âmbito do acesso ao Auxílio Emergencial para as famílias aptas a receber este benefício, bem como o BPC dos idosos e encaminhamento para cadastro no Bolsa Família.

**TRABALHO EM REDE:** o atendimento em rede é feito sob o prisma do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). O trabalho desenvolvido pela equipe multiprofissional de referência tem por finalidade acompanhar e garantir proteção social e os direitos das famílias Warao, através de serviços especializados, realizando as articulações com a rede socioassistencial presente no seu território de abrangência, com o objetivo de contribuir com a acolhida humanitária. Além disso, são realizadas visitas domiciliares, escuta qualificada, inclusão no Benefício de Prestação Continuada (BPC), monitoramento e avaliação das ações dos serviços ofertados. Também são feitos os encaminhamentos necessários para a regulamentação documental e acesso às diversas políticas públicas ofertadas (saúde, educação, trabalho etc.), como a inserção de crianças, adolescentes e adultos na rede de Ensino Municipal e inserção dos membros da comunidade no Sistema Único de Saúde (SUS).

Esse trabalho coordenado é organizado em 5 eixos:

- Inclusão permanente dos novos usuários no referenciamento do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), feita pela equipe técnica, que realiza o processo de acolhida, escuta qualificada, levantamento e identificação do perfil do público, o plano de atendimento individual e a inserção nos serviços.
- Promoção do acesso às seguranças sociais, garantindo acesso livre e igualitário do imigrante a serviços, programas e benefícios sociais, que consiste na proteção proativa, através da inserção das famílias potenciais beneficiárias no Cadastro Único, organização de oficinas, orientações e promoção do acesso à rede de qualificação e requalificação.
- Articulação intersetorial com outras políticas e segmentos, firmando articulações e parcerias com as políticas de assistência social, saúde, educação, inclusão laboral.
- Inclusão laboral, pensada e estruturada em articulação com setores públicos, iniciativa privada e ONGs, de modo a facilitar a inserção dos imigrantes no mercado de trabalho, no Sistema Nacional de Emprego (SINE), bem como o apoio na intermediação de mão de obra, a partir do perfil profissional da população atendida.

- Promoção de autonomia, feita através dos instrumentos de inclusão social, adaptação e inserção no mundo do trabalho, para a inclusão social produtiva e aquisição de autonomia.

## Estrutura Física do Acolhimento

**FORMATO GERAL:** o espaço de acolhimento, entregue em 10 de junho de 2020, para a permanência das famílias, não corresponde a um abrigo institucional convencional, pois preza pela liberdade das famílias em se organizarem internamente de acordo com seus núcleos familiares, costumes e tradições, mantendo suas práticas culturais de organização e higiene. Além disso, preza pela preservação e repeito ao modo de vida dos Warao, que podem receber seus familiares e parentes, que costumeiramente os visitam e passam períodos indefinidos de tempo no local.

**ÁREA DE DORMITÓRIOS:** Total de 7 quartos, 5 quartos em uso, cada um com um núcleo familiar instalado.

**BANHEIROS:** dois banheiros com três sanitários cada, lavatório e chuveiros.

**ÁREA DE PLANTAÇÃO:** terreno de 400 $m^2$, onde é realizado plantio e cultivo.

**ESPAÇO RELIGIOSO:** não possui.

**ESPAÇO MULTIUSO PARA ESPORTE E LAZER:** possui uma área externa espaçosa para uso do lazer.

**ESPAÇO DE LAVANDERIA:** possui um tanque para lavagem manual das roupas, de uso comunitário.

**COZINHA:** equipada com geladeira, fogão, gás e armários, de uso comunitário.

**TRANSPORTE E REFERENCIAMENTO DA REDE:** transporte disponível de acordo com as necessidades das demandas. Não há transporte fixo. Além disso, foi adquirido vale transporte para os idosos poderem utilizar o transporte público gratuitamente.

## Recursos humanos do acolhimento

Em fevereiro de 2021, foi oficialmente montada a equipe de acompanhamento, com a qual a relação de confiança com os Warao foi ainda mais estreitada, composta da seguinte maneira:

### TABELA 5. Quadro de profissionais dos serviços disponíveis, em Capina Grande

| Não indígena | Indígena |
|---|---|
| Coordenação do equipamento | Não há indígenas contratados. |
| Assistente Social | |
| Advogada | |
| Psicóloga | |
| Antropóloga | |

## Itens de manutenção do Acolhimento:

**DORMITÓRIOS:** possuem armadores para rede.

**ALIMENTAÇÃO:** são distribuídos cestas básicas, frango, ovos, trigo e sardinha e vale gás.

**HIGIENE E LIMPEZA:** entrega periódica; bem como são realizadas rodas de conversas culturalmente sensíveis, sobre higiene pessoal.

**SAÚDE:** articulação com a Secretaria Municipal de Saúde e Unidade Básica de Saúde da Família (UBSF), localizada no entorno do equipamento de acolhimento.

**EDUCAÇÃO:** articulação com a Secretaria Municipal de Educação para criação de uma turma exclusiva para Waraos (adolescentes e adultos) com foco em letramento e matrícula de todas as crianças e adolescentes no Ensino Regular Municipal (creches e escolas) com entrega de kit escolar e fardamentos pelas respectivas instituições.

**ESTRUTURA DO EQUIPAMENTO:** Espaço de Acolhimento entregue equipado com geladeira, fogão, botijão de gás, lâmpadas e armários, de uso coletivo.

## Planos de vida e atendimento em rede:

### PROMOÇÃO AO ETNODESENVOLVIMENTO:

- Oferta de rodas de conversa sobre o mercado de trabalho local.
- Oferta de rodas de conversa sobre cursos profissionalizantes.
- Articulação com o SINE Municipal.

**APOIO À ECONOMIA SOLIDÁRIA E EMPREENDEDORISMO:** desenvolvimento da horta no espaço para plantação de batata, banana, macaxeira, milho, entre outros.

### EDUCAÇÃO:

- Articulação com a Secretaria de Educação.
- Criação de turma especial para letramento dos jovens e adultos Warao.
- Articulação com as escolas de referências próximas ao Equipamento.
- Matrícula de crianças nas escolas e creches.
- Matrícula de adultos na Educação para Jovens e Adultos (EJA).

### MORADIA:

- Oferta de rodas de conversa sobre o aluguel social.
- Oferta de rodas de conversa sobre moradia definitiva.

Para mais informações sobre esta experiência, entrar em contato com a equipe técnica, por meio dos contatos abaixo:

Secretaria Municipal de Assistência Social
Diretoria de Proteção Social Especial
Serviço de Atendimento ao Migrante
E-mail: acolhimentowaraos@gmail.com
Telefone: 83 33106275

*Foto: 2023/Cáritas Brasileira - Regional Nordeste 2*

# f. Recife (PE)

Experiência na constituição de equipe PAIF Migrantes, para acolhimento, atendimento e acompanhamento dos indígenas de etnia Warao, em Recife. No município, a oferta não é voltada para acolhimento institucional e sim casa alugada pela prefeitura.

**NÚMERO DE FAMÍLIAS E PESSOAS ATENDIDAS:** 19 famílias e 98 pessoas.

**TEMPO DE ESTADIA TEMPORÁRIA SOLICITADO:** indefinido.

**NOVAS CHEGADAS:** sem previsão.

**SITUAÇÃO DE MORADIA NO MOMENTO DA CONSULTA:** 7 famílias residem em casa alugada pela prefeitura; e outras 12 famílias recebem o Benefício Eventual Auxílio Acolhida.

## Metodologia de trabalho para atendimento

### GESTÃO PARTICIPATIVA DO EQUIPAMENTO:

- Equipamento administrado e coordenado pelas próprias lideranças, de acordo com sua forma de auto-organização comunitária, com recebimento semanal de itens como: alimentação, água mineral e kit de limpeza.
- Equipe PAIF Migrantes trabalha fora do equipamento, realiza visitas semanais, articulando e encaminhando para as políticas públicas, como saúde, educação, trabalho, proteção à mulher, entre outras.

- Regimento de convivência e definição de normas na casa alugada pela prefeitura, onde residem 7 famílias, definidas com a comunidade indígena e equipe de analistas, após o estabelecimento de acordos para o atendimento e acompanhamento.

**NOVAS CHEGADAS:** a demanda é espontânea e é informada por atores parceiros, como a OIM.

**ALIMENTAÇÃO:** as 12 famílias, que recebem o benefício eventual auxílio acolhida (recurso para pagamento do aluguel da casa), também recebem uma cesta básica mensal, e a preparação de alimentos é autônoma.

**SAÚDE:** todas as famílias são referenciadas ao SUS, atendidas e acompanhadas pela rede do território onde residem, por meio de visitas do Agente Comunitário de Saúde, que encaminha para a marcação de consultas e exames médicos, orienta e tira dúvidas com relação a rede de saúde, além de ser um interlocutor-chave para a rede socioassistencial.

**TRABALHO EM REDE:** são realizados encontros com diversos atores, para debater temas como política da assistência, ECA, benefícios socioassistenciais, política voltada às mulheres, crianças, adolescentes, pessoas idosas e com deficiência, geração de emprego e renda, rede de saúde, alimentação, entre outros.

## Estrutura física da casa-abrigo

**ÁREA DE DORMITÓRIOS:** 8 quartos.

**DORMITÓRIOS EXTRAS:** não tem.

**ESPAÇO RELIGIOSO:** não tem.

**ESPAÇO MULTIUSO PARA ESPORTE E LAZER:** não há.

**BANHEIROS:** 5 banheiros, de uso comunitário.

**ESPAÇO DE LAVANDERIA:** Espaço externo e comunitário, utilizado para lavar roupas (lavador).

**COZINHA:** 1 cozinha, de uso comunitário.

**ESPAÇO MULTIUSO DE USO COLETIVO:** 1 sala, de uso comunitário.

**TRANSPORTE E REFERENCIAMENTO DA REDE:** não há.

# Recursos humanos do serviço de referência

TABELA 6. Quadro de profissionais dos serviços disponíveis, em Recife

| Não indígena | Indígena |
|---|---|
| Assistente Social | Não há indígenas contratados |
| Psicóloga | |

# Itens de manutenção no atendimento contínuo aos Warao

**DORMITÓRIOS:** colchão e redes.

**ALIMENTAÇÃO:** itens de alimentação semanal, para a casa alugada e cesta básica mensal para cada uma das famílias que estão no benefício eventual da assistência social, auxílio acolhida.

**HIGIENE E LIMPEZA:** famílias que estão na casa alugada recebem kit de limpeza semanalmente.

**SAÚDE:** todos referenciados a rede de saúde com o cartão SUS.

**EDUCAÇÃO:** todos referenciados para a oferta de matrícula na educação.

**ESTRUTURA DO EQUIPAMENTO:** fornecimento de kit de utensílios (jogo de talheres, copos, prato, panela, colchão, lençol, fronha, travesseiros e rede, assim como jogo de mesa e cadeira plástica, além dos pertences dos próprios residentes. A prefeitura realiza a manutenção da casa, conforme demanda dos moradores.

# Planos de vida e atendimento em rede

**PROMOÇÃO AO ETNODESENVOLVIMENTO:**

- É feito o levantamento da composição das famílias para identificação da faixa etária, perfil escolar e profissional.
- Cursos de português, desenvolvidos presencialmente no município, são ofertados aos indígenas de etnia Warao.
- Em parceria com a Secretaria Municipal de Trabalho e Qualificação Profissional, os indígenas são encaminhados para inscrição no Sistema Nacional de Emprego (SINE), para intermediação de vagas e participação em processos seletivos.

**APOIO À ECONOMIA SOLIDÁRIA E EMPREENDEDORISMO:** em parceria com a Secretaria Municipal de Trabalho e Qualificação Profissional para inscrição no Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Artesanato do Recife (PRODARTE), para retirada de carteira de artesão e participação nas feiras locais de artesanato.

**EDUCAÇÃO:**

- São realizadas rodas de diálogo periódicas, visando a troca de conhecimentos e experiências, entre os indígenas e rede local de educação, respeitando a cultura do povo Warao.
- É feita a articulação contínua com a Secretaria Municipal de Educação para a garantia de acesso à escola.

**SAÚDE:**

- São realizadas rodas de diálogo periódicas, visando a troca de conhecimentos e experiências, entre as Secretarias Municipais de Assistência Social e de Saúde, para referenciamento ao SUS, com hospitais, posto de saúde e com Agente Comunitário de Saúde (ACS) do território.
- Mesmo em casos de internação, são realizados diálogos interculturais para a manutenção dos rituais de cura (reza), promovendo o cuidado integral e respeitando os cuidados em saúde da cultura Warao.
- Além disso, é realizada a articulação contínua com o Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI) de Pernambuco.

**MORADIA:** no momento, a equipe busca compreender novas experiências e intercambiar conhecimentos adquiridos com equipes de outras partes do país, para melhor orientar seu planejamento local.

**LEGISLAÇÃO BRASILEIRA:** são realizadas rodas de diálogo periódicas, visando a troca de conhecimento e experiências, sobre práticas que possam configurar negligência e violação de direitos, voltadas para crianças e adolescentes, mulheres, pessoas idosas, com deficiência e população LGBTQIA+).

Para mais informações sobre esta experiência, entrar em contato com a equipe técnica, por meio dos contatos abaixo:

Secretaria Executiva de Assistência Social do Recife
Gerencia da Proteção Social Básica: Rosângela Aires Fontes
E-mail: rosangelafontes@recife.pe.gov.br
Telefone: 81 – 99488-6777 / 3355-8597

*Foto: 2023/Mano DE CARVALHO*

# IV. ANEXOS

## ANEXO 1: METODOLOGIA DE DIÁLOGO PARA CONSTRUÇÃO DE PLANO DE VIDA – APLICADA EM ATIVIDADES COM AS COMUNIDADES WARAO NAS CIDADES DE RECIFE (PE), IGARASSU (PE), JOÃO PESSOA (PB) E CAMPINA GRANDE (PB)

### Momento 1:

Apresentação resumida da Convenção nº 169 da OIT, sobre a Consulta Livre, Previa e Informada, como medida necessária para processos que têm impactos de curto, médio e longo prazo nas comunidades indígenas, em respeito à auto-organização e lideranças dos povos indígenas (em espanhol e na língua warao, preferencialmente).

*Presentación resumida del Convenio 169 de la OIT, sobre Consulta Libre, Previa e Informada, como medida necesaria para procesos que tengan impactos de corto, mediano y largo plazo en las comunidades indígenas, con respeto a la autoorganización y liderazgo de los pueblos indígenas. y en lengua warao, preferentemente).*

*Convenio 169 OIT aisia sanuka waraotuma saba warakitane, tatuka waraya Consulta, libre previa e informada aisia, sanuka yaota nonakitane obonoia kore waraotuma saba tamaja convenio mine nonakitane ja. Waraotuma etomanetayaja, aidamotuma etomanetayaja tamaja kokotuka warao aribu aisia dibukitane ja.*

## Momento 2:

Apresentação dos escopos de trabalho de cada parceiro envolvido no diálogo e apresentação de cada liderança indígena presente.

*Presentación de los alcances de trabajo de cada socio involucrado en el diálogo y presentación de cada líder indígena presente.*
*Tamaja yaota nonakitane waraotuma saba warakitane ja sinatuma witu tatuka ja, tatuma a yaota aisia waraotuma saba warakitane, tatuka rakate Aidamo tuma jaja jakore tatuma rakate kokotuka saba dibukitane ja, tatuma naminanaja kore tatuka ori naminamiaroi.*

Apresentação dos objetivos da escuta:

*Presentación de los objetivos de dialogo:*
*Sinakuare dibubute*

- O governo local gostaria de apoiar os Warao na construção de seu Plano de Vida.
  *El Gobierno local desea apoyar los Warao, para la construcción de su Planificación de Vida.*
  *Gobierno local waraotuma aisiko yakeraja yaotakitane obonoia, yakeraja naminakitane katukane jakitane obonoia*

A ideia é pensar com vocês o presente e o futuro!
É importante pensar como gostariam de estar nos próximos 6 meses (curto prazo); depois, pensar como gostariam de estar nos próximos 2 anos (médio prazo) e, depois, como gostariam estar nos próximos 10 anos (longo prazo)

*¡La idea es pensar con ustedes el presente y en el futuro!*
*¿Es importante pensar en cómo les gustaría estar en los próximos 6 meses (corto plazo)? luego pensar en ¿cómo les gustaría estar en los próximos 2 años (mediano plazo)? y luego ¿cómo les gustaría estar en los próximos 10 años (largo plazo)?*
*Yatu aisiko yakeraja obonobukitane obonoia!*
*Katukane ja amawitu ama katukane jakitane obonoia joida daisa eku! Katukane jakitane obonoia waniku mojomatana jisaka eku, katukane jakitane obonoia joida manamo eku, katukane jakitane obonoia joida mojoreko eku?*

- Vamos escutar seus desafios, realidades e expectativas.
  *Escuchar sus desafíos, realidades y expectativas.*
  *Yatu a sanatuma aisia nokokitane obonoia, yatu a obonobu yakera kotai rakate nokokitane obonoia.*

- Gostaríamos de conhecer quais são as aptidões de trabalho que homens e mulheres podem realizar, para identificar as oportunidades de geração de renda e promover sua autonomia financeira.
  *Presentación del alcance de trabajo de cada socio involucrado en el diálogo y presentación de cada líder indígena presente.*
  *Tamaja yaota nonakitane waraotuma saba warakitane ja sinatuma witu tatuka ja, tatuma a yaota aisia rakate waraotuma saba warakitane ja, tatuka rakate Aidamo tuma jaja jakore tatuma rakate kokotuka saba dibukitane ja, tatuma ori naminanaja kore tatuka ori naminamiaroi.*

- Gostaríamos de entender os motivos e dificuldades, para inserção escolar e buscar melhorias.
  *Nos gustaría entender las razones y dificultades para la inserción escolar y buscar mejoras.*
  *Sinakuare teribunoko eku yarukitane monidamonika, tai mine katukane yatu sanetakuna.*

- Em especial, a OIM está à disposição para apoiar a oferta de cursos de português e profissionalizantes às comunidades, voltado para o fortalecimento da produção, das vendas e da exposição do artesanato em espaços diversos, em parceria com atores locais.

*Em especial, a OIM está a disposición para apoyar la oferta de cursos de portugués y profesionalizantes para las comunidades, con miras a fortalecer la producción, las ventas y la exposición de artesanías en espacios diversos, en sociedad con instituciones locales.*
*OIM, yatu saba curso de português nonakitane obonoia, sanuka naminane yatu a nonatuma wabikitane kokotukaya abane*

## Momento 3 – Discussão coletiva

Teremos 30 minutos para discussão de cada tema a seguir.
*Tendremos 30 minutos para discutir cada tema a seguir.*

- Depois das discussões, será realizado o alinhamento sobre os próximos passos.
  *Después de las discusiones, será realizado el alineamiento sobre los próximos pasos.*
  *Dibubune yewara takore, mite ama katukane tate tai ayamo.*

- Os temas são:
  *Los temas son:*

1. *Inclusão e proteção social* / *inclusión y protección social* / *katukane yakeraja sabuka nakate jobaji daisa eku*
2. *Integração socioeconômica* / *integración socioeconómica* / *katukane burata mite*
3. *Plano de vida da comunidade* / *plan de vida comunitario* / *katukane jakitane obonoia*

## Tema 1: inclusão e proteção social

*TEMA 1: INCLUSIÓN Y PROTECCIÓN SOCIAL*
*KATUKANE YAKERAJA SABUKA NAKATE JOBAJI DAISA EKU*

### PERGUNTAS:

- Quais são as necessidades mais importantes na área de saúde (vacinação, pré-natal, testagem para Covid-19 e tuberculose), alimentação e higiene da comunidade?
  *Cuáles son las necesidades más importantes en el área de salud (Vacunación, Control de embarazo, prueba para coronavirus y tuberculosis), ¿alimentación y higiene a la comunidad?*
  *Bajuka jakitane sinawitu obonoia (akosa, noboto yakeraja diawarakitane katukane takitane ja, coronavirus aisia naminakitane, tuberculosis rakate naminakitane examen nonakitane jakotai).*

- A comunidade recebe orientações sobre saúde e alimentação, na cidade (situação urbana)? Quais são as diferenças entre os territórios de origem e nas cidades, em relação à saúde e alimentação?
  *¿Recibe la comunidad orientación sobre salud y nutrición, en la ciudad (situación urbana)? ¿Cuáles son las diferencias entre los territorios de origen y las ciudades en relación con la salud y alimentación?*
  *Bajuka ama najoro aisia naminakitane waraotuma saba warayaja ja? Ebe katukane witu waraotuma jatubuae a jobaji yata? Ama katukane witu já?*

- Como é feito o atendimento nos serviços públicos e como poderia melhorar?
  *¿Como es la atención en los servicios públicos y como puede mejorar?*
  *Waraotuma yakeraja jatubuyara ¿katukane witu kuarika yakera nakakuna?*

- Quais benefícios socioassistenciais as famílias recebem e se esses programas são suficientes para o sustento da comunidade? Se não, por quê?

*¿Cuáles beneficios socio asistenciales las familias reciben y si esos beneficios son suficientes para el sustento de la Comunidad? ¿Si no es así, cual puede ser la causa?*
*Beneficios socioasistenciales waraotuma saba ejoboyara? Ejoboya kore sinakuare burata kokotuka saba wanaja?*

- Como o poder público local pode trabalhar em coordenação com as lideranças indígenas e criar novas alianças para melhorar a vida dos indígenas na cidade?
  *¿Como el poder público local puede trabajar en coordinación con los lideres indígenas y crear nuevas alianzas para mejorar la vida de los indígenas en la ciudad?*
  *Katukane jotaraotuma ama aidamotuma orikuare nakane waraotuma aisiko yaotakitane ja? Janokoina eku yakeraja sabuka nakakitane?*

## Tema 2: integração socioeconômica

*TEMA 2: INTEGRACIÓN SOCIOECONÓMICA*
*KATUKANE BURATA MITE*

### PERGUNTAS:

- O que é necessário para que os indígenas acessem empregos e oportunidades de geração de renda?
  *¿Que hace falta para que los indígenas puedan accesar a empleos y oportunidades de generación de ingresos?*
  *Sina witu ekida waraotuma yaota mikitane ama sanuka burata amojo eku jakitane?*

- Qual tipo de apoio as crianças e jovens precisam para sua inserção escolar?
  *¿Cuál tipo de apoyo los niños y jóvenes necesitan para su integración escolar?*
  *Nobotomo ama idajidotuma teribukitane katukane witu sanetakitane ja?*

- Quais cursos e conhecimento os adultos precisam ter para poder trabalhar na cidade?
  *¿Cuáles cursos y conocimientos los adultos necesitan para poder trabajar en la ciudad?*
  *Curso sinatuma witu obonoia yaota mikitane janokoina tuma eku?*

- No que os indígenas gostariam de trabalhar (homens e mulheres)?
  *¿En qué les gustaría trabajar los indígenas? (Hombres y mujeres)*
  *Yaota sina eku yaotakitane obonoia waraotuma?*

## Tema 3: plano de vida da comunidade

*TEMA 3: PLAN DE VIDA COMUNITARIO*
*KATUKANE JAKITANE OBONOIA*

### PERGUNTAS:

- Qual a proposta de Plano de Vida que a comunidade tem?
  *¿Cuál es la planificación que tienen para la vida?*
  *Katukane jakitane obonoia joida kokotukaya eku?*

- Vocês sabem se há previsão de parentes chegarem na cidade?
  *¿Saben si vienen más parientes de ustedes para la ciudad?*
  *Yatu a warao mate eraja naobutera jaonokoina yatuka?*

- O que um Plano de Vida deve ter?
  *¿Qué es lo que una Planificación de Vida debe tener?*
  *Plano de vida nonakitane, sinawitu tai eku jakitane já?*

Observação: pensando como gostariam de estar nos próximos 6 meses (curto prazo), depois pensar como gostariam de estar nos próximos 2 anos (médio prazo) e depois como gostariam de estar nos próximos 10 anos (longo prazo) – pensar no hoje e no futuro.

*Pensando sobre cómo les gustaría estar en los próximos 6 meses (Corto plazo), después pensar en cómo les gustaría estar en los próximos 2 años (Medio plazo) y después como les gustarían estar en los próximos 10 años (Largo plazo) pensar en hoy y el futuro.*
*Yatu aisiko yakeraja obonobukitane obonoia! Katukane ja amawitu ama katukane jakitane obonoia! Katukane jakitane obonoia waniku mojomatana jisaka eku, katukane jakitane obonoia joida manamo eku, katukane jakitane obonoia joida mojoreko eku?*

- Planos de viver na cidade?
  *¿Planes de vivir en la ciudad?*
  *Are janokoina iridaja eku jakitane obonoia?*

- Quais procedimentos deveriam ser tomados se chegassem familiares Warao na cidade?
  *¿Cuáles procedimientos deberían ser tomados en caso de que llegaran más familias?*
  *Yatu a warao yarokore, katukane witu aidamotuma tatuma aisiko takitane ja?*

- Onde e como a comunidade quer morar com autonomia?
  *¿Dónde y cómo la Comunidad quiere vivir con autonomía?*
  *Yatu kasaba ama katukane yakeraja jakitane obonoia, yatu jisamika? Waraotuma a inamina aisiko witu yakeraja jakitane?*

- Quais novas parcerias podem ser feitas com outras instituições?
  *¿Cuáles alianzas pueden ser hechas con otras instituciones?*
  *Instituciones daisatuma aisiko yaotakitane obonoia kore, sinatuma witu aisiko?*

- Quais atividades os indígenas querem fazer e a cidade pode oportunizar?
  *¿Qué actividades que los indígenas quieren hacer y la ciudad pueda generar nuevas oportunidades?*
  *Yaota sina nonakitane obonoia? Ama katukane witu janokoina eku ubane tatuka yarote?*

# ANEXO 2: METODOLOGIA DE DIÁLOGO PARA ELABORAÇÃO DE SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL – USADA NAS CIDADES DE MOSSORÓ E NATAL NO RIO GRANDE DO NORTE)

## Metodologia de diálogo com os Indígenas Warao: acolhimento institucional culturalmente sensível, em Natal e Mossoró no estado do Rio Grande do Norte

### Momento 1:

Apresentação resumida da Convenção nº 169 da OIM, sobre a Consulta Livre, Prévia e Informada, como medida necessária para processos que têm impactos de curto, médio e longo prazo nas comunidades indígenas, em respeito à auto-organização e lideranças dos povos indígenas (em espanhol e na língua warao, preferencialmente).

*Presentación resumida del Convenio 169 de la OIT, sobre Consulta Libre, Previa e Informada, como medida necesaria para procesos que tengan impactos de corto, mediano y largo plazo en las comunidades indígenas, con respeto a la autoorganización y liderazgo de los pueblos indígenas (en español y en lengua warao, preferentemente).*
*Convenio 169 OIT aisia sanuka waraotuma saba warakitane, tatuka waraya Consulta, libre previa e informada aisia, sanuka yaota nonakitane obonoia kore waraotuma saba tamaja convenio mine nonakitane ja. Waraotuma etomanetayaja, aidamotuma etomanetayaja tamaja kokotuka warao aribu aisia dibukitane ja.*

### Momento 2:

Apresentação da proposta do projeto piloto a ser construído com os indígenas (em espanhol e na língua warao, preferencialmente).

*Presentación de la propuesta del proyecto piloto a construir con pueblos indígenas (en español y lengua Warao, de preferencia).*
*Yaota sina nonakitane obonoia waraotuma saba, waraotuma aisiko (taji warao aribu ama jotaraotuma aribu rakate isia warakitane ja).*

### Momento 3:

Divisão de Grupos de Trabalho / División del grupo de trabajo

- Serão divididos grupos de trabalho para organizar as discussões específicas sobre cada dimensão que um equipamento provisório de acolhimento precisa ter.
  *Se dividirán grupos de trabajo para organizar discusiones específicas sobre cada dimensión que debe tener el equipamiento de acogida temporal.*
  *Grupo de trabajo nanate, tatuka denokote yakeraja naminakitane kotai aisia.*

- Cada grupo conversará e responderá algumas perguntas norteadoras, coletivamente.
  *Cada grupo hablará y responderá algunas preguntas orientativas, de forma colectiva.*
  *Denokoya kotai ariboto dibukitane ja, kokotuka aribu nokone, dibu kokotuka orikuare*

- Cada grupo terá folhas para anotações e deverá organizar quem vai fazer a anotações sobre as propostas.
  *Cada grupo tendrá hojas para apuntes y deberá organizar quién tomará notas de las propuestas.*
  *Grupo kokotuka moate karata tatuka jabatamiaroi kokotuka a obonobu.*

- Cada grupo terá 30 minutos para fazer a debate.
  *Cada grupo tendrá 30 minutos para debatir.*
  *Grupo kokotuka dibubute Warao Jisaka arai mojoreko eku.*

- Depois das discussões em grupo, cada grupo apresentará suas ideias e propostas ao resto de pessoas, e terá 10 minutos.
  *Después de las discusiones grupales, cada grupo presentará sus ideas y propuestas al resto de personas, y tendrá 10 minutos.*
  *Dibubune yewara takore, kokotuka witu orikuare nakate. Grupo ekumo warao jisaka dibute kokotuka saba sinawitu aisia dibubuaja kotai.*

- As demais pessoas poderão trazer seus comentários e propostas complementares, a partir das apresentações de cada grupo.
  *Otras personas podrán aportar sus comentarios y propuestas complementarias, en base a las presentaciones de cada grupo.*
  *Warao daisa dibukitane obonoia kore, arai abakitane obonoia kore dibuturu.*

- Os grupos se organizarão e discutirão os seguintes temas: / Los grupos organizarán y discutirán los siguientes temas:

1. Inclusão e proteção social / *inclusión y protección social*/ *katukane yakeraja sabuka nakate jobaji daisa eku*
2. Integração socioeconômica / *integración socioeconómica*/ *katukane burata mite*
3. Espaço físico do equipamento provisório / *espacio físico de equipos provisionales* / *katukane yakeraja sabuka nakate jobaji daisa eku*

## Grupo 1: inclusão e proteção social / *inclusión y protección social*

### PERGUNTAS: / PREGUNTAS:

- Como a equipe poderá atender as necessidades de saúde e em casos de violências e discriminações?
  *¿Cómo puede el equipo atender las necesidades de salud y en casos de violencia y discriminación?*
  *Katukane yatu aisiko ayaotamo yatu sanetate, jotaraotuma yatu aisiko asidakore, yatu a isanamatakore?*

- Como a equipe poderá contribuir para capacitar e sensibilizar a rede de serviços públicos que atendem os Warao?
  *¿Cómo puede el equipo contribuir a la capacitación y sensibilización sobre la red de servicios públicos que atienden a los Warao?*
  *Katukane jotaraotuma waraotuma aisiko yaotabuaya kotai sanetate, waraotuma aisiko yakeraja yaotabumoroi?*

- Como a equipe poderá incluir os indígenas nos programas socioassistenciais e nos serviços da assistência social (CRAS e CREAS)?

*¿Cómo puede el equipo incluir a los pueblos indígenas en los programas de asistencia social y servicios de asistencia social (CRAS y CREAS)?*
*Katukane Waraotuma CRAS ama CREAS eku iyarute?*

- Como vocês querem que o espaço seja organizado, internamente? Será liderado pelos Aidamo, somente? Outra instituição poderá trabalhar com vocês, para coordenar junto às lideranças indígenas? Como esse trabalho pode ser organizado junto à equipe de pessoas externas?
  *¿Cómo desean que se organice el espacio internamente? ¿Estará dirigido únicamente por Aidamo? ¿Podría otra institución trabajar con ustedes para coordinar con los líderes indígenas? ¿Cómo se puede organizar este trabajo para el equipo de personas externas?*
  *Yatu a ubanoko eku katukane jakitane ja? Aidamotuma witu aisiko? Jotaraotuma rakate yatua iisiko Jamoroia?*

- Como deverá ser construído o regimento interno do equipamento de acolhida?
  *¿Cómo se debe construir el reglamento interno del equipo de recepción?*
  *Yatu a ubanoko eku jakitane reglamento interno katukane jate, tatuka ubabuya kotai dibu (jabata) sina nokone ubate.*

- A organização poderia ter comitês ou coordenações para temas como educação, segurança, alimentação, saúde, cultura, limpeza, formação, mulheres, juventude?
  *¿La organización podría tener comités o coordinaciones para temas como educación, seguridad, alimentación, salud, cultura, limpieza, capacitación, mujer, juventud?*
  *Yatu a ubanoko eku ccordinacion sina witu jate? Najoro sabasabaya, teribumo sabasabaya, ka inamina sabasabaya, berebumo, tatutuma sabasabaya, idajidotuma sabasabaya?*

### TAREFA: / TAREA:

Escrever nas folhas brancas grandes as propostas dos indígenas.
*Escribir las propuestas indígenas en hojas grandes de papel blanco.*
*Yatu a obonobu karata eku jabatakotu.*

Apresentação dos indígenas sobre as propostas.
*Presentación de los pueblos indígenas sobre las propuestas.*
*Yatu a obonobu kokotuka emikotu.*

## Grupo 2: integração socioeconômica / *integración socioeconómica / katukane burata mite*

### PERGUNTAS: / PREGUNTAS:

- Qual apoio os indígenas vão precisar da equipe para acessar a empregos e oportunidades de geração de renda?
  *¿Qué apoyo necesitarán los pueblos indígenas del equipo para acceder a empleos y oportunidades de generación de ingresos?*
  *Yaota mikitane waraotuma sina obonoya? Katukane waraotuma aisiko a yaotamo warao sanetate burata mibumoroi?*

- Quais cursos e atividades de formação os adultos precisam e gostariam de fazer?
  *¿Qué cursos y actividades de capacitación necesitan y les gustaría realizar a los adultos?*
  *Curso sinatuma witu obonoia yaota mikitane janokoina tuma eku?*

- Qual tipo de apoio as crianças e jovens precisam para sua inserção escolar?
  *¿Qué tipo de apoyo necesitan los niños y jóvenes para integrarse a la escuela?*
  *Nobotomo sinatuma obonoya teribunoko eku yarukitane?*

- Como os indígenas gostariam de construir seu plano de vida junto à equipe do serviço?
  *¿Cómo les gustaría a los indígenas construir su plan de vida con el equipo de servicio?*
  *Plano de vida nonakitane katukane witu obonoya waraotuma, jotaraotuma warao aisiko ayaotamo aisiko?*

### TAREFA: / TAREA:

- Escrever nas folhas brancas grandes as propostas dos indígenas.
  *Escribir las propuestas indígenas en hojas grandes de papel blanco.*
  *Yatu a obonobu karata eku jabatakotu.*

- Apresentação dos indígenas sobre as propostas.
  *Presentación de los pueblos indígenas sobre las propuestas.*
  *Yatu a obonobu kokotuka emikotu.*

## Grupo 3: espaço físico de acolhimento / *espacio físico de equipos provisionales*

### PERGUNTAS: / PREGUNTAS:

- Quais são as propostas que vocês têm para a divisão e a funcionamento dos espaços dentro do equipamento de acolhida?
  *¿Qué propuestas tienen para la división y funcionamiento de espacios dentro del equipamiento de recepción?*
  *Yatu a ubanoko eku katukane witu jate, kasabuka ababute yatu a jisabanoko? Ja koyanoko? Kokotuka mikitane ja?*

- Quais espaços específicos vocês gostariam de ter dentro do equipamento?
  *¿Qué espacios específicos te gustaría tener dentro del equipamiento?*
  – *Redários? / ¿Hamacas? / Ja a koyanoko*
  – *Lavanderia? / ¿Lavadero? / Jiaka a jaranoko?*
  – *Sala multiuso? / ¿Sala multipropósito? / Orikuare nakanoko?*
  – *Espaço de atividades religiosas e de saúde indígena? / ¿Espacio para actividades religiosas y de salud indígena? / Orikuare nakakitane karioso saba dokoto warabukitane, warao a yarokotanoko rakate mikitane?*
  – *Espaço de esporte e lazer? / ¿Espacio deportivo y de ocio? / Kotubonoko?*

- Quais as necessidades especiais devem ser observadas para crianças, idosos e pessoas com deficiência?
  *¿Qué necesidades especiales deben tenerse en cuenta para los niños, las personas mayores y las personas con discapacidad? / Nobotomo yakerajawitu jakitane sina jakitane já, idamotuma yakerawitu jakitane sina witu jakitane já, warao ayakara jakore rakate tai aisia mikitane já?*
  – *Outros espaços? / ¿Otros espacios? / Daisa rakate obonoya?*

### TAREFA:

- Desenhar nas folhas brancas grandes a organização de cada espaço dentro do equipamento.
  *Dibujar en hojas blancas grandes la organización de cada espacio dentro del equipo.*
  *Karata eku yatu abonobu sitakotu.*

- Apresentação dos indígenas sobre os desenhos e propostas debatidas.
  *Presentación de los pueblos indígenas sobre los diseños y propuestas discutidas.*
  *Yatu a sita kokotuka emikitane.*

Para conhecer outras publicações da OIM sobre o tema, aponte a câmera do seu celular para o QR Code ou acesso o link: bit.ly/migracaopopindigena

MIGRANTE
CERAM/RN
CERMIR
RECIFE
NATAL
PREFEITURA
CAMPINA GRANDE
CIDADE QUE TRANSFORMA
Secretaria de Desenvolvimento Social, Criança, Juventude e Prevenção à Violência e às Drogas
GOVERNO DE PERNAMBUCO
ESTADO DE MUDANÇA
RIO GRANDE DO NORTE
GOVERNO DO ESTADO
GOVERNO DA PARAÍBA
CONGEMAS
COLEGIADO NACIONAL DE GESTORES MUNICIPAIS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
COEGEMAS-PE
Colegiado Estadual de Gestores Municipais de Assistência Social
Esta atividade é financiada pelo Escritório de População, Refugiados e Migração (PRM)
OIM
ONU MIGRAÇÃO